

ANA EMÍLIA BARROS CARDOSO

PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS NO MST: AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a Bernardete Wrublevski Aued.

FLORIANÓPOLIS

2004

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com o feitiço deste trabalho. Em especial à minha orientadora Bernardete W. Aued que me apoiou e muito me incentivou e inspirou durante o mestrado, em sala de aula, nos laboratórios de pesquisa e na carreira de socióloga, aos meus pais, que mesmo estando longe, sempre me auxiliaram, ao colega Aleksander Ecker, que me acompanhou na pesquisa de campo, à Rose da Secretaria Regional do MST (Cantagalo-PR) que foi minha guia e informante na pesquisa, aos irmãos Danilo e Dirceu Ferreira do MST, que me hospedaram no assentamento, foram excelentes informantes e me confiaram um material muito rico para o trabalho, ao meu companheiro Marcos Piangers, aos colegas Reidy Rolim de Moura, Alexander Fischer e Silvana Bittencourt, que tornaram o estudo ainda mais agradável, aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e à CAPES por me proporcionar meios de dedicação exclusiva à pesquisa.

Un hombre que tiene algo que decir y no encuentra oyentes, está en una mala situación.

Pero todavía están peor los oyentes que no encuentran quien tenga algo que decirles.

Bertold Brecht.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a comunicação alternativa, via rádio comunitária, e o processo emancipatório em desenvolvimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra - MST. A pesquisa empírica realizou-se na região Centro-Oeste do Paraná, onde estão em operação duas rádios comunitárias: a Comunidade FM, no Assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu; e a Alternativa FM, em Cantagalo. Por meio dessas rádios evidenciamos aspectos relevantes da comunicação enquanto meio no projeto emancipatório. Em termos teóricos, essa relação apóia-se em Brecht, Enzensberger e Mészáros, sendo este último, o autor que fundamenta a discussão sobre a conexão movimento e emancipação social. Entre os resultados da pesquisa destacamos algumas questões que permeiam a comunicação: os movimentos em favor da democratização dos meios de comunicação, a fragilidade das experiências de rádios comunitárias e rádios alternativas; a restrição legal e os interesses político-econômicos na comunicação no Brasil. No MST, nos locais onde existe uma rádio comunitária, ela é importante meio de expressão e de fortalecimento do poder reivindicatório dos atores sociais. Além disso, surge como alternativa ao discurso hegemônico da mídia tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: rádios comunitárias, emancipação social, MST

ABSTRACT

This work has as main objective analyze the alternative communication, by communitary radios, and the emancipatory process that has been developed into the Brazilian landless worker's movement, known as MST. The empirical research was done in the middle-west of Paraná, where two communitary radios are operating; the Comunidade FM, in the settlement Ireno Alves dos Santos, in Rio Bonito do Iguaçu; and Alternativa FM, in Cantagalo. Regarding this radios we evidenciate relevant aspects of communication as a tool into the emancipatory project. Theorically this relation has its support in Brecht, Enzensberger and Mészáros, being this last author the one that bases the discussion about the connexion movement and social emancipation. Between this research's results, we pointed out some questions toward the communication: the movements for the media democratization, the fragility of both communitary and alternative radio experiences; the legal restriction and the political and economic interests in Brazilian communication. Inside MST, in the places where there is a communitary radio, it is an important way of expression and empowerment of the requesting force of social actors. Furthermore, it comes as an alternative to the hegemonic speech of tradicional media.

KEYWORDS: communitary radios, social emancipation, landless worker's movement.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Acampamento na BR 158, 1995. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	58
Fotografia 02 – Cotidiano no acampamento, 1995. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	58
Fotografia 03 – Forno no acampamento, 1995. Rio Bonito do Iguaçu (PR)	59
Fotografia 04 – Campinho de futebol no acampamento, 1995. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	59
Fotografia 05 – Imagem de Sebastião Salgado documentando a histórica ocupação da fazenda Giacomet/Marodin em 17 de abril de 1996. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	60
Fotografia 06 – Assentamento Ireneo Alves dos Santos, 1997. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	60
Fotografia 07 – Milho produzido no assentamento que era levado para o acampamento antes da divisão de lotes, 1997. Rio Bonito do Iguaçu, (PR).	61

Fotografia 08 – Crianças se alimentam na sede do assentamento, 1997. Rio Bonito do Iguaçu (PR)	61
Fotografia 09 – Residência dos líderes do Assentamento Ireno Alves dos Santos, 2003. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	62
Fotografia 10 – Sem-terrinha posam para foto na sede do assentamento Ireno Alves dos Santos, 2003. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	62
Fotografia 11 – Sede da rádio Comunidade FM, no assentamento Ireno Alves dos Santos, 2003. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	63
Fotografia 12 – O locutor José Eliezer Cardoso em frente ao estúdio da rádio Comunidade FM, no assentamento Ireno Alves dos Santos, 2003. Rio Bonito do Iguaçu (PR).	63
Fotografia 13 – Estúdio da Rádio Alternativa FM, 2003. Cantagalo (PR).	64
Fotografia 14– Estúdio da Rádio Alternativa FM, 2003. Cantagalo (PR).	64
Fotografia 15 – Sem-terrinha contemplam divisão de grãos na COAGRI, 1999. Cantagalo (PR).	65

Fotografia 16 – Caminhão e galpão da COAGRI, 1999. Cantagalo (PR).	65
Fotografia 17- Distribuição de grãos na COAGRI, 1999. Cantagalo (PR).	66
Fotografia 18 – Sacas de produção, 1999. Cantagalo (PR).	66
Fotografia 19 – Sem-terrinha e o líder Danilo Ferreira, 1999. Cantagalo (PR).	66
Fotografia 20 – Sem-terra carregam a produção. COAGRI, 1999. Cantagalo (PR).	66

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Localização geográfica do Estado do Paraná em relação à América do Sul. 38

MAPA 02 – Estado do Paraná com destaque para a capital Curitiba, e as cidades de Guarapuava, Cantagalo e Rio Bonito do Iguaçu, ligadas pelas BR 277 e BR 158. Fonte: Guia Quatro Rodas. 39

LISTA DE SIGLAS

ALCA	Aliança Comercial das Américas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
COAGRI	Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MTST	Movimento dos Sem Teto
MUST	Movimento Unido dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação
PNRA	Plano de Reforma Agrária da Nova República
PT	Partido dos Trabalhadores
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

RESUMO	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE FOTOGRAFIAS	VI
LISTA DE MAPAS	IX
LISTA DE SIGLAS	X
INTRODUÇÃO	12
1 A COMUNICAÇÃO NO MST	17
O camponês e a questão da propriedade no Brasil	19
A luta concreta pela terra	20
MST: catalisador de reforma agrária?	23
A relação do MST com a mídia	25
A produção de informações no MST	29
O programa Vozes da Terra	32
As rádios comunitárias do MST	36
Assentamento Ireno Alves dos Santos	39
A divisão	41
Homenagens	41
Os bons tempos da COAGRI	42
A rádio comunitária do Ireno Alves dos Santos	44
A relação rádio/ouvintes	46
A programação	48
Desafios e estratégias	51
A Rádio Alternativa FM no município de Cantagalo	52
2 A (I)LEGALIDADE DAS RÁDIOS E A LEI QUE MAIS ATRAPALHA DO QUE AJUDA	64
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.	66
Caminhos alternativos	72
É difícil montar uma rádio?	74
Processos e discussões sobre democratização dos meios de comunicação	77
A importância do meio rádio no campo	79
Outras rádios do MST	80
A Terra Livre gaúcha	82
A rádio Peperi	84
3 TEORIAS SOBRE COMUNICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO	86
A sociologia funcionalista da mídia	87
A escola de Frankfurt e a “indústria cultural”	90
EMANCIPAÇÃO SOCIAL	94
A EMANCIPAÇÃO QUE PASSA PELA COMUNICAÇÃO	106
Uma rádio fantástica	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

Escrever este trabalho foi uma reconciliação pessoal, a reconciliação da jornalista e da socióloga que viviam dentro de mim, cada uma de um lado, muitas vezes esquecendo que a outra existia.

Como a jornalista tinha escolhido o tema, foi ela sempre quem teve as idéias que direcionaram a dissertação. Sempre pensando na clareza, na objetividade e na edição (afinal isto é um trabalho acadêmico que teria que se enquadrar nas rígidas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- A.B.N.T.), a jornalista ia guardando textos que produziu ao longo do Mestrado em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina e delineando seqüências que despertassem o interesse do leitor.

A socióloga só foi aparecer mais tarde, na hora de definir as categorias analíticas, assim como também a metodologia da investigação. Assim a dissertação prosseguiu dentro de uma perspectiva de perceber os laços da comunicação contra-hegemônica, que seria um questionamento da atual ordem da sociedade. Neste aspecto, minha orientadora, amiga e vizinha Bernardete Wrublevski Aued, nunca deixou minhas dúvidas persistirem e emperrarem o desenvolvimento da pesquisa. Emprestou e indicou muitos livros, sem, no entanto, dar respostas diretas. Auxiliou a resolver muitas dúvidas, mas também criou outras tantas. Sem dúvida, ela é uma pessoa que "não dá o peixe, ensina a pescar".

A curiosidade a cerca das rádios comunitárias foi ponto de largada de uma pesquisa bibliográfica que se iniciou com a preocupação sobre a essência do caráter comunitário de um meio de comunicação. O que diferenciava teórica e empiricamente uma rádio comunitária de uma rádio tradicional? Para ir a fundo nesta questão, não nos detendo a clichês e lugares-

comuns fomos a campo no Centro-Oeste do Paraná, nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

A escolha do local não foi aleatória. O MST, um movimento que luta pela reforma agrária há pouco mais de duas décadas no Brasil, traz, em suas diretrizes, elementos que norteavam a pesquisa sobre rádios alternativas, uma ruptura com os padrões capitalistas da contemporaneidade. Da mesma forma que um grupo de pessoas se reúne para montar uma rádio alternativa e, na maioria das vezes, ilegal, centenas de camponeses estão se reunindo e questionando a propriedade privada, a desigualdade social e a hierarquia imposta pela divisão social do trabalho.

O imbricamento destas duas categorias sociológicas, a comunicação alternativa e o movimento dos sem-terra, nos pareceu pertinente, principalmente pelo fato de duas rádios comunitárias do MST estarem em funcionamento no Estado do Paraná. Além disso, recentemente foram realizados outros estudos a respeito do mesmo tema nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em emissoras populares que por razões político- econômicas estão fechadas no momento.

Definimos que nosso enfoque seria a investigação do caráter social e comunitário das rádios do MST; e nossa abordagem, ver em que sentido os atores sociais envolvidos na rádio, a programação e a própria comunidade contemplada estivessem interagindo e construindo algo novo e diferente, uma comunicação emancipatória.

Se de um lado tínhamos as rádios tradicionais com uma programação ditada verticalmente por interesses comerciais, do outro buscamos conhecer as rádios comunitárias, com suas propostas horizontais, de uma comunicação que não fizesse distinção entre emissores e

receptores. Foi nas viagens de campo que pudemos apurar a distância entre a utopia de um discurso libertador e igualitário de uma prática cotidiana construída em meio a diversas dificuldades.

Nos municípios de Cantagalo e Rio Bonito do Iguazu, ambos no estado do Paraná, uma série de entrevistas qualitativas de roteiro semi-estruturado com radialistas comunitários, comerciantes locais, líderes do MST, acampados e assentados foi realizada entre os meses de janeiro e abril de 2003. Realizamos também viagem a São Paulo para "amarrar" as experiências observadas à postura e às diretrizes que a secretaria central do movimento toma em relação à sua comunicação.

No capítulo I, resgatamos a história do MST e a sua relação com a mídia. O MST é um movimento social que possui uma trajetória de luta, persistência, questionamento e conquistas. Enquanto grandes fluxos migratórios caminham em direção às cidades, aos grandes centros, os sem-terra fazem o caminho inverso; sua existência está vinculada ao campo, às áreas rurais.

‘Marginalizados’ nas cidades e mesmo no campo, quase dois milhões de atores sociais abandonaram uma postura de passividade em relação ao governo e aos proprietários de grandes extensões de terra e partiram para a ação, ocupando terras improdutivas e forçando o governo a realizar uma política de assentamentos, o que não se caracteriza como reforma agrária. Esta postura contra-hegemônica coloca o movimento em uma situação desfavorável na mídia, que geralmente trabalha em favor do governo e de setores abastados da sociedade.

Como consequência disso, a secretaria de comunicação social do movimento busca desenvolver uma comunicação própria e independente. Dentro destas políticas do MST se inserem as rádios comunitárias. Durante a pesquisa de campo nas rádios Comunidade FM, de

Rio Bonito do Iguaçu e Alternativa FM, de Cantagalo, observamos aspectos que indicavam que a teoria do MST e a prática não se desvinculam, o que garante que os objetivos da comunicação não se dispersem à medida que se dá a concretização dos planos. Mas havia problemas.

Notamos que as adversidades do campo e a falta de recursos tecnológicos e financeiros são obstáculos, superados com criatividade e solidariedade, que não chegam a representar empecilhos para a existência das rádios comunitárias. No entanto, a regulamentação que privilegia políticos e grupos abastados na concessão de alvará de funcionamento para as rádios coloca as rádios comunitárias em uma situação de ilegalidade que compromete o seu funcionamento e sua existência. Muitas rádios funcionam escondidas do governo, amedrontadas pela polícia.

O porquê desta situação e as formas encontradas pela sociedade para “ter voz” são o tema do capítulo II, que também aborda os movimentos a favor da democratização dos meios de comunicação, como montar uma rádio comunitária e outras experiências pesquisadas como as duas rádios Terra–Livre FM - ambas funcionaram em assentamentos do MST, uma em Santa Catarina e outra no Rio Grande do Sul – e a rádio Peperi FM, de São Miguel do Oeste (SC).

A fim de estabelecer a interface entre a Comunicação e a Sociologia, no capítulo III trazemos à tona as discussões teóricas de ambas as ciências, privilegiando o viés marxista e dialético na análise das potencialidades dos artefatos tecnológicos, em especial do rádio. Em um primeiro momento, fazemos um resumo das teorias de comunicação tendo como condutor Mattelart (1999). Os estudos de comunicação de massa, de propaganda e da indústria cultural (Escola de Frankfurt), desenvolvidos principalmente no período entre-guerras e no pós-guerra, são o ponto

de partida para a discussão de outro conceito que permeia esta dissertação: a emancipação social.

Mészáros (2002), Arrighi (1997) e Hobsbawm (1995) foram os autores contemporâneos selecionados para esclarecer essa discussão, que tem suas bases no século XIX, no “Manifesto comunista” de Marx e Engels, bem como em “A ideologia Alemã”, entre outros livros que têm na “centralidade do trabalho” um ponto de partida para a transformação da sociedade.

Finalmente, a síntese da emancipação com a comunicação se deu com a releitura da obra de Brecht - de sua peça que propõe o uso didático do rádio como instrumento de interação entre o indivíduo e a técnica (O vôo sobre o oceano –1928) e de sua teoria sobre o rádio desenvolvida *a posteriori* (1964) – e dos direcionamentos para uma comunicação socialista propostos por Enzensberger (1979).

Para além do campo teórico, em tom confessional, afirmo que uma vez terminada essa pesquisa, a socióloga e a jornalista passaram a caminhar juntas ampliando as possibilidades do universo de práticas profissionais. O jornalismo assegura a ‘leveza’ ao texto sociológico assim como a sociologia impregna o texto de densidade explicativa nos conhecimentos jornalísticos. Quem ganha com essa fusão certamente é a comunicação que se amplia e se redimensiona.

1 A COMUNICAÇÃO NO MST

Nas áreas rurais, a escassez de recursos e as longas distâncias fazem do rádio um importante meio de comunicação. O rádio é um veículo bastante popular, seu custo é baixo e sua transmissão é instantânea e ágil. Acessível a todos; diferente de outros meios como a unilateral televisão (que depende de luz elétrica), da internet, ainda um privilégio dos mais abastados, e da mídia impressa, que exclui os analfabetos; o meio rádio contempla com perfeição comunidades que ainda não possuem linhas telefônicas nem luz elétrica.

Como nos mostra a dissertação “No ar...uma rádio popular” de Denise Maria Cogo (ECA/USP, 1994) houve uma grande proliferação de aparelhos de rádio na América Latina na segunda metade do século passado.

No começo da década de 60, havia 14 milhões de aparelhos receptores de rádio no continente. Quinze anos mais tarde, sobe para 15 milhões o número de receptores. Se na América Latina a relação atual é de uma emissora para cada 17 mil receptores, no Canadá existe uma rádio para cada 75 mil ouvintes, e nos Estados Unidos, uma radiotransmissora para cada 82.200 receptores. Na ex-Alemanha Ocidental, a relação chegava a 680 mil receptores para cada emissora¹. (CHASQUI apud COGO, 1994, p. 48)

A autora também registra que na América Latina pululam experiências “horizontais” ou “participativas”, além de rádios comerciais tradicionais. Ela diz que há mais de 40 anos existe o uso popular e comunitário do rádio por parte de povos indígenas, sindicatos, universidades, igrejas e movimentos sociais. Estas rádios são intituladas de populares, comunitárias, educativas, rurais, locais e públicas.

Segundo Cogo (1994, p. 52) isto aconteceu devido a dois fatores principais: a difusão do modelo de radioemissoras educativas norte-americanas dos anos 50 e **ao surgimento de**

¹ CHASQUI – Revista latinoamericana de comunicación, Quito, CIESPAL, nº 10.

movimentos político-sociais na América Latina tais como a Revolução Cubana que questionam o problema da comunicação buscando práticas junto aos setores marginalizados da sociedade e à Igreja Católica, no desenvolvimento de programas de comunicação e educação, inclusive no campo. Como exemplo cita a Rádio Sutatenza que funcionou na Colômbia a partir de 1943. Coordenada por um padre, a rádio transmitiu ensinamentos agrícolas para cerca de 700 mil pessoas entre 1954 e 1968 na Colômbia, em uma época na qual 70 por cento da população daquele país era agrícola. A emissora estava ligada a uma rede de duas paróquias e dois institutos e trabalhava com cerca de 6 mil dirigentes rurais.

Da mesma forma que inúmeras rádios possuíam caráter religioso, é surpreendente a força e expressividade das rádios que Cogo (1994, p. 54 et seq.) chama de “sindicais”, ao passo que Peruzzo (1998, p. 192) chama de “rádios dos trabalhadores”.

A Bolívia é o país onde os sindicatos adquirem ampla experiência em propriedade e gestão das emissoras. Num primeiro momento, destacam-se as emissoras dos sindicatos mineiros e, posteriormente, as rádios dos sindicatos fabris e camponeses. Todas elas têm um ponto em comum: fazem uso do meio radiofônico para informar sobre suas atividades associativas, propagandear suas lutas e promover a defesa de suas culturas. (COGO, 1994, p. 54)

As rádio mineiras bolivianas são experiências históricas pioneiras, no continente latino-americano, no que se refere ao uso autônomo da tecnologia eletrônica de comunicação por segmentos da classe trabalhadora. Sua origem remonta a 1947, mas foi a partir de 1952 que elas passaram a ter um desenvolvimento maior. (PERUZZO, 1998, p. 192)

Entre as rádios alternativas do campo que buscam uma prática horizontal e/ou participativa no Brasil destacam-se experiências vinculadas a movimentos sociais, tais como as rádios comunitárias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST.

O camponês e a questão da propriedade no Brasil

A propriedade e o usufruto da terra estiveram envolvidos nos grandes conflitos e nas guerras que eclodiram no Brasil, como Canudos e a guerra do Contestado. O governo, desde 1850, se ocupou de fixar leis que limitassem o acesso à terra. Neste momento, que os escravos foram liberados e os imigrantes europeus chegaram, ambos não puderam se apropriar da terra, a não ser comprando-a. A terra, a partir desta data torna-se propriedade privada e, além disso, uma mercadoria. A distribuição desigual se acentuou e as tensões formadas criaram e alimentaram movimentos populares em torno de reforma agrária desde sempre.

Enquanto partidários moderados da reforma agrária proclamavam que a solução para o problema da divisão de terras no país deveria ser feita sem violência e por meio da promulgação de leis, outros atores sociais, questionando o caminho da legalidade, partiram para a ação. Organizados em grupos de trabalhadores rurais ocuparam terras e exigiram do governo uma política de assentamentos rurais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representa seu principal expoente e sintetiza a luta dos camponeses pela terra em um país de proporções continentais, repleto de desigualdades sociais e de cidades infladas pelo êxodo rural.

Desde a colonização brasileira, os camponeses que praticam a cultura de subsistência estiveram marginalizados, seja pela produção escravocrata que os ignorava ou atualmente pelas multinacionais de agro-negócio que enriquecem contratando, de forma bastante precária, seus serviços terceirizados. Até a segunda metade da década de 1950, os termos 'matuto', 'caipira', 'homem do campo', 'rurícola', 'colono', 'lavrador', 'agricultor de subsistência' aparecem como forma de designar o camponês. Muitos deles, unidos em ligas camponesas, movimentos

e lutas, na atualidade, se transmutaram em “sem-terra”. (PALACIOS apud COMPARATO, 2003, p. 25)

A luta concreta pela terra

A gênese do MST, que se deu no meio rural, no Sul do país, data do final da década de 1970. Constituído por pequenos agricultores, parceiros, arrendatários, posseiros, assalariados rurais e filhos de pequenos agricultores, o MST surgiu simultaneamente em diversos locais e possui diferentes origens. Começou a tomar corpo por volta de 1979, no Sul do Brasil e na região Nordeste já adentrando os anos 90.

O Brasil vivia a abertura política, pós-regime militar. Este momento se caracterizou por intensa movimentação popular; os presos políticos estavam sendo anistiados, os trabalhadores do ABC paulista promoviam greves; estava se formando o Partido dos Trabalhadores (PT) e milhares de pessoas saíam às ruas clamando por eleições diretas. Nesta época, a mecanização da lavoura, a concentração da terra nas mãos de poucos e a expulsão dos pobres da área rural coincidiam com a crise do êxodo para os centros urbanos e a ilusão do emprego nas grandes cidades. Da mesma maneira, fracassavam as políticas de colonização de regiões como a fronteira agrícola da Amazônia.

Em virtude destas questões, os trabalhadores rurais sem-terra se organizaram em grupos de lutas concretas pela terra. Estes grupos, aos poucos, se articularam e deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo como matriz o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta-RS, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). No Paraná, a construção da Barragem de Itaipu na fronteira com o Paraguai inundou terras de mais de 10 mil famílias. Algumas famílias aceitaram a indenização

em dinheiro, outras resistiram e se organizaram num movimento de luta por terras e melhores preços pelas suas benfeitorias e terras alagadas. Em Ronda Alta (RS), 100 famílias ocuparam a fazenda Macali. Em seguida, 240 famílias ocuparam a fazenda Brilhante.²

Em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, articulado pela Pastoral da Terra, realiza seu I Encontro Nacional, em Cascavel, oeste do Paraná, com 13 estados sendo representados por 80 participantes. A ocupação de latifúndios gera episódios violentos. Alguns fazendeiros reagem às ocupações atacando principalmente os líderes do movimento. A polícia também protagoniza cenas de despejo truculentas, mas o movimento segue cada vez mais forte, com maior número de integrantes.

Vendramini (2000) afirma que o movimento nasceu com uma premissa: a luta pela terra tem que ser de massa. Esta forma de enfrentar os problemas do campo atacando suas causas estruturais lhe configura como um dos mais inovadores fenômenos políticos da América Latina. A coletividade e a participação das massas rurais são os pilares fundamentais do MST.

O MST existe, nos estados do sul do país, desde 1979, quando seu lema era “Terra para quem nela trabalha”. No 1º Congresso, em 1984, consolidou sua organização nacional, levando a bandeira “Ocupação é a única solução”. A orientação atual é continuar a ocupar imóveis em desapropriação, sob o lema “Ocupar, resistir e produzir”. No congresso de 1995, o MST reforçou tal lema e conclamou à união dos trabalhadores do campo e da cidade: “Reforma agrária: uma luta de todos”. A bandeira de luta atual ... “Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio. (VENDRAMINI, 2000, p.51)

Quando uma família acampada recebe um lote do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e passa a ser assentada, sua participação do movimento permanece, não há ruptura. Os assentados continuam engajados mesmo após receber o “seu pedaço de terra”, demonstrando o caráter coletivo e não individual da questão que lhes move. A coletividade do

² Em Santa Catarina, o município de Campo Erê foi o primeiro a ter ocupações.

movimento se expressa nas maneiras organizacionais dos assentamentos. Muitos deles possuem produção coletiva, trabalham de forma cooperada para garantir sua subsistência e relativa autonomia em relação a fazendeiros, agroindústrias, governo ou bancos. Os assentados ajudam a construir novos acampamentos de lona, além de contribuírem com alimentos, vestimentas e outras necessidades.

O MST hoje está presente em 23 dos 26 Estados brasileiros. O movimento chega ao séc. XXI com mais de dois milhões de integrantes, 250 mil famílias assentadas/acampadas³, cooperativas e seguidores⁴ - como o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), vinculado à social-democracia sindical, o esquerdista MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), o MUST (Movimento Unido dos Sem Terra), ligado à Força Sindical e ainda o urbano MTST (Movimento dos Sem Teto), entre outros.

Nestas quase três décadas de existência, sua luta permanece em torno da conquista da terra e de condições para dela viver. O modo de conquistá-la também permanece o mesmo: a ocupação. Para Fernandes (2000, p. 279):

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não-realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

Navarro (in SANTOS, 2002, p. 214)⁵ aponta que em alguns casos “ocorre uma inversão das relações entre grandes proprietários e os ‘pobres do campo’”. Segundo este crítico do MST os

³ Dados do Núcleo de Estudos, pesquisas e projetos de Reforma Agrária da Universidade e Estadual de São Paulo – UNESP. Disponível em: <http://www.2.prudente.unesp.br/dgo/nera/index/dataluta_mst>. Acesso em: 18 set. 2003.

⁴ Comparato, Bruno Konder. **A ação política do MST**, São Paulo, Ed. Expressão popular, 2003. pg 25

⁵ Neste artigo Navarro questiona a emancipação social proposta pelo MST questionando a ausência de práticas democráticas nas eleições de líderes e dirigentes e da massificação dos sem-terra na luta pela terra. Segundo ele, o

fazendeiros estão desesperançosos, e gradualmente, tornam-se impotentes perante as ocupações de terra.

MST: catalisador de reforma agrária?

Existe um grande descompasso entre o crescimento do MST e a morosa desapropriação de terras pelo governo federal, o que é facilmente verificável quando são confrontados os números de acampamentos e de assentamentos⁶. Em 1985, quando José Sarney assume a presidência, o mesmo apresenta a primeira proposta de Plano de Reforma Agrária da Nova República - I PNRA elaborado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD com cláusulas que contemplavam as perspectivas de reforma agrária almejadas pelos movimentos sociais deste período. A meta inicial do I PNRA era de assentar 7,1 milhões de famílias em 15 anos.

Enquanto os movimentos sociais se sentiram contemplados, outros setores da sociedade se sentiram ameaçados como os proprietários de grandes extensões de terra, que em 1987 fundam a União Democrática Ruralista – UDR. A UDR teve grande atuação neste período de consolidação do Plano Nacional de Reforma Agrária e sua reivindicação era a defesa da propriedade privada, independentemente de sua extensão.

Quando aprovado, o I PNRA havia sofrido várias modificações, a meta de assentamento, por exemplo, caíra para 1, 5 milhão de famílias em 10 anos. Passado uma década, estavam assentadas 196.656 famílias, ou seja, apenas 13% das metas do governo. Em 1995, o governo

MST desconsidera as diferenças de idade, gênero, forma de inserção produtiva, histórias regionais de agricultura e tipos de organização previamente existente em nome da “unidade de luta”. (in SANTOS, 2002,p. 228 et seq.)

⁶ Conferir BISCAIA, Clarissa. **A reforma agrária planejada e realizada pelo governo brasileiro desde a década de 80**. Artigo apresentado no workshop: Trabalho, identidades e trajetórias profissionais”, 13-14 fev. 2003, laboratório de Transformações no Mundo do Trabalho – TMT, UFSC.

estabelece o II PNRA, agora com o objetivo de assentar um milhão de famílias no período de 1995 a 2002. Segundo Biscaia (não publicado, p. 54): “Apesar da previsão geral de (1995 a 2002) apresentar o número de 1 milhão de beneficiários, as metas anuais eram muito diferentes, chegando ao final dos primeiros quatro anos de governo (até o final de 1998) a 280 mil famílias. A expectativa de aumentar esse número sugere a credibilidade de que o programa seria ampliado caso houvesse reeleição do mesmo presidente, Fernando Henrique Cardoso.”

As metas dos primeiros quatro anos foram atingidas; foram assentadas 187.000 famílias. Segundo dirigentes do MST esses números são controversos, uma vez que incluem as colonizações e as regularizações fundiárias. Ao fim do II PNRA, em 2002, representantes do governo dizem ter assentado mais de 600.000 famílias durante todo o período de 1995 a 2002. Para as lideranças do movimento esse número não passou de 380 mil famílias.

Como contraponto podemos observar o aumento do número de acampamentos, o principal agente catalisador da reforma agrária. Em 1988, havia no Brasil 71 acampamentos com 10.969 famílias. Em 2000, o total de acampamentos passa a 3.085 com 476.172 famílias.⁷

As conquistas do movimento são o reflexo da união de atores sociais que abandonam uma posição paciente de vítima social e passam a ser agentes ativos de seu destino. A organização do movimento pressupõe a participação de todos - crianças, adultos, homens e mulheres - na luta. “A persistência e a consciência do MST, como resposta a uma política continuada de exclusão social, sustenta-se no fato de que os seus protagonistas compartilham permanentemente um mesmo espaço de vida e de trabalho.” (VENDRAMINI, 2000, p.53)

⁷ Fonte: Cadernos Conflitos no Campo – CPT (de 1988 à 2000) apud BISCAIA (2003)

Apesar do enorme crescimento e de muitas batalhas vencidas, o movimento amarga em sua história boicotes, precariedade e muitas mortes, como as que ocorreram, por exemplo, no massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996. Evidentemente este não foi o único, nem o primeiro e muito menos o último de uma série de confrontos entre camponeses, policiais, fazendeiros e peões⁸. Mesmo assim, tornou-se emblemático por ter sido amplamente divulgado na imprensa. Os 19 mortos e 69 feridos de Eldorado dos Carajás⁹ serviram para abrir os olhos de parte da sociedade. Por questionar/ameaçar o que há de mais sólido na sociedade liberal – a propriedade privada – o movimento dificilmente consegue mais do que palavras hostis da imprensa em geral. O jornalista José Maschio sintetiza este fenômeno em artigo eletrônico: “Ao invés de ir a campo, analisar as causas que propiciaram o surgimento do MST (originado pela organização dos excluídos do “milagre” do regime militar) e pensar um futuro harmônico para o Brasil, a mídia e a elite fazem o mais fácil: satanizam o movimento.”¹⁰

A relação do MST com a mídia

Os principais veículos de comunicação no Brasil pertencem a conglomerados de telecomunicações concentrados nas mãos de algumas famílias. A família **Marinho (Globo)** é acionista em 17 emissoras de TV, das quais 15 em VHS e 20 de rádio; a família **Sirotsky (RBS)**, que participa de 14, possui 13 concessões de VHS e é acionista de mais 1, além de 21 de rádio; a família **Saad (Bandeirantes)** tem 9 concessões em VHS e 21 de rádio; a família **AbraVanel / Silvio Santos (SBT)** tem 9 concessões de televisão; a família **Daou (TV do Amazonas)** é proprietária de 5 concessões de TV e 4 de rádio e a família **Câmara (TV Anhanguera)** possui 7 concessões de TV e 13 de rádio. Nesta lista figuram também as famílias

⁸ No livro *A formação do MST no Brasil* (2000), Bernardo Mançano Fernandes resgata todas as lutas camponesas brasileiras que precederam a formação do MST, desde o tempo dos quilombos, passando por Canudos, pela Guerra do Contestado, as Ligas Camponesas e diversas outras formas de lutas dos “despropiados”. (25-47)

⁹ Em busca no site www.google.com para as palavras massacre, carajás e MST apareceram 2.740 resultados. Acesso em: 03/03/2004. Às 09:42.

¹⁰ <<http://www3.sul.com.br/mstpr/mstemid.htm>>. Acesso em: 18 set. 2003. Às 16:00.

Jereissati (Grupos Verdes Mares) com uma concessão de TV e 5 de rádio e a família Zahran (Grupo Zahran), controladora de 4 concessões de TV e 2 de rádio.¹¹

A concentração do poder nas mãos de poucos não permite pluralidade de olhares em relação a movimentos contra-hegemônicos como o MST. A cobertura jornalística tende a ser contrária ao movimento. O MST é apenas mais uma expressão popular que, ao seu próprio olhar, encontra-se marginalizado pela mídia tradicional.

Comparato (2003) ao analisar a relação MST e imprensa ressalta que a constante presença do movimento nos editoriais dos jornais mais importantes do país (foram pesquisados editoriais da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo de 1993 a 2000) constitui prova conclusiva de sua relevância como ator político na cena nacional.

O autor verificou que “os documentos extraídos da imprensa... sugerem que haja uma concordância, em todos os veículos jornalísticos, no sentido de apresentar negativamente o MST. Como afirmou o *Jornal do Brasil*, no editorial “Volta ao Jeca”, de 3 de agosto de 1997, quando o assunto é terra, há consenso entre os meios de comunicação a favor do governo.” (COMPARATO, 2003, p. 119)

De forma semelhante, a jornalista e diretora do Centro de Justiça Global, Maria Luísa Mendonça, realizou uma pesquisa¹², entre 2 de abril e 20 de agosto de 1999, em 30 artigos de jornal que citam o MST nos quatro maiores órgãos de imprensa do país: Folha de São Paulo, o Globo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil, os mesmos pesquisados por Comparato. Este trabalho resultou na sistematização dos artigos em três blocos. Um primeiro analisando os

¹¹ Dados apresentados no texto de Itamar Aguiar “Idéias preliminares sobre a ação da mídia nas eleições presidenciais de 2002”. UFSC, 2003 (no prelo).

¹² Conferir MORISSAWA, 2001, p. 220-222.

verbos e o tratamento da imprensa quando o “agente”, “sujeito” ou foco é o MST; um segundo quando o “agente” é a polícia e um terceiro quando é o governo.

Quando o foco é a ação do movimento, procura-se construir uma imagem de violenta do MST, o que fica evidente no emprego dos verbos:

- Sem-terra *bloqueiam* 3 prefeituras no Pontal (O Estado de São Paulo, 21/05/99)
- Policial é feito *refém* por sem-terra em SP (O Estado de São Paulo, 31/05/99)
- MST faz *ameaça* em gravação (Jornal do Brasil, 08/06/99)
- Sem-terra *incendeiam* casas em fazenda (O Globo, 15/07/99)
- Sem-terra *saqueiam e queimam* fazenda histórica em São Paulo (O Estado de São Paulo, 15/07/99)
- Sem-terra *invadem* oito áreas em PE (Folha de São Paulo, 10/08/99)

Ou então associam o movimento a ações de guerrilha.

- MST ensina táticas de *guerrilha* aos sem-terra (O Globo, 13/06/99)
- Denunciada *ação armada* de sem-terra em MG (O Estado de São Paulo, 24/06/99)
- PF investiga *infiltração da guerrilha* peruana no Brasil (O Globo, 29/06/99)

Quando o foco das manchetes e reportagens é a ação da polícia contra o movimento, constata-se que a polícia aparece como pacificadora e que evita a violência. Neste caso são utilizados substantivos e advérbios que remetem à idéia de paz e conciliação.

- *Polícia Federal teme ondas* de invasões (O Estado de São Paulo, 30/04/99)
- PM convoca *reunião* com sem-terra (O Estado de São Paulo, 30/06/99)

- Megaoperação desocupa 3 fazendas *pacíficamente* (Folha de São Paulo, 24/07/99)

Finalmente, o governo demonstra – em geral, segundo a pesquisa – muita boa-vontade em relação à reforma agrária:

- Jungmann *vai* ao Pontal *falar* com o MST (O Estado de São Paulo, 30/05/99)

- Incra já admite *aumentar orçamento* no Pará (O Estado de São Paulo, 07/05/99)

- Incra *libera R\$ 100 milhões para sem-terra* (O Globo, 10/07/99)

- *Crédito agrícola* terá R\$ 1,75 bilhão (O Estado de São Paulo, 18/08/99).

Da amostra de trezentas matérias publicadas sobre o MST, pesquisadas por Maria Luísa Mendonça, apenas oito passavam uma imagem positiva do movimento, o que corrobora com a visão dos próprios dirigentes e integrantes do movimento. Segundo eles, a imprensa geralmente:

- *criminaliza as lutas sociais, buscando colocar a sociedade contra os movimentos e as movimentações populares;*
- *personaliza e individualiza a luta, mostrando histórias de pessoas que “venceram” por esforço próprio, pregando o individualismo;*
- *dita padrões e comportamentos de vida para que as pessoas se preocupem em buscar estar encaixadas nesta sociedade ditada pela mídia, ao invés de buscarem uma sociedade justa e livre.*¹³

No geral, essa visão interna do movimento sobre a comunicação reflete a subjetividade dos sem-terra, mas não representa a totalidade das publicações e do material audio-visual

¹³ MST. **Construindo o caminho**. São Paulo, julho de 2001, pg 138.

produzido. Em artigo publicado no jornal “O Globo”, o escritor Luís Fernando Veríssimo utiliza um meio de comunicação para criticar claramente este aspecto midiático:

Não se trata de justificar ou incentivar as ocupações do MST e a ilegalidade, mesmo porque a violência sempre favorece a reação. Mas a culpa maior pelo ponto de combustão a que chegou a questão fundiária no Brasil não é do ativismo que hoje assusta, de multidões de enfeitados do campo e das cidades, que não são causa mas efeito, e sim de toda uma história de promessas não cumpridas ou mal cumpridas, insensibilidade, oportunidades perdidas — e bons discursos. Não adianta nada, claro, ficar aqui dizendo que a conta da dívida social brasileira acumulada desde as caravelas, a conta de tudo que não foi feito, está chegando, quá-quá-quá e bem feito, porque numa combustão geral nos queimaremos todos. Mas não culpem as vítimas. Lula não vestiu um uniforme inimigo, como quer a reação, quando botou o boné do MST. O inimigo usa cartola. Ou usava, nas charges antigas. (Luís Fernando Veríssimo, em artigo publicado no jornal O Globo, 10/07/2003).¹⁴

Dada a necessidade de ter voz e reparar a imagem de vândalos e guerrilheiros que a mídia tradicional comumente lhes imputa, os sem-terra se preocupam sobremaneira em produzir suas próprias notícias e estabelecer um livre fluxo comunicativo entre seus integrantes e com a sociedade. Para tanto, possuem setores especialmente destinados à comunicação em suas secretarias e estimulam as mais diversas formas de comunicação em seus acampamentos e assentamentos.

A produção de informações no MST

Para se comunicar livremente e registrar do próprio cunho sua história, seu cotidiano e definir sua cultura própria sem imposições, o movimento criou uma secretaria nacional responsável pela comunicação no MST.

¹⁴ Página oficial do MST, <<http://mst.org.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2003. Às 20:00.

A coordenação nacional ou setor de comunicação do MST se chama Coletivo Nacional e é presidida pela jornalista Letícia Barquetta. O Coletivo supervisiona as secretarias estaduais. Para o movimento, a comunicação é algo imprescindível na vida das pessoas. Cada ator social é considerado um comunicador em potencial, como pode ser verificado na publicação “Construindo o caminho”: “A comunicação é um elemento tão importante em nossas vidas que podemos dizer, com certeza, que todos nós somos comunicadores.” (MST, julho de 2001, p.133).

À medida que vão se desenvolvendo, os movimentos populares descobrem a importância de utilizar os meios de comunicação para construir sua identidade e a educação popular. (ALVES, 1988)¹⁵. Portanto, os movimentos precisam viabilizar a comunicação entre seus próprios participantes. O setor de Comunicação do MST funciona como um centro de produção de informações e de formação de comunicadores. Para além das marchas e das bandeiras, existe a necessidade de veículos de comunicação que potencializem a capacidade comunicativa do movimento. “A capacidade que temos de nos comunicar é o que garante que sejamos um movimento em nível nacional, que cheguemos ao povo pobre e organizemos as ocupações, que nossas mobilizações sejam grandes, que tenhamos unidade em torno da estratégia política e firmeza ideológica, que trabalhemos coletivamente, que divulguemos nossas lutas e conquistas e fazer com que tenhamos o apoio da sociedade.” (MST, 2001, p.134)

Para tanto, o MST utiliza os seguintes veículos de comunicação: Jornal Sem Terra (JST), o Jornal Brasil de Fato, as rádios próprias ou programas em outras rádios, a Revista Sem Terra (RST) e a página na internet <www.mst.org.br>. Cabe ressaltar que marchas, cartazes, livros, cartilhas, exposições, palestras e debates em escolas, música, propaganda, fotos, artesanato,

¹⁵ALVES, Alfredo. **A comunicação como instrumento de educação popular**. In: GOMES, Pedro G. & PIVA, Márcia Cruz (orgs). Políticas de comunicação: participação popular. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988

teatro, dança, filme, encontros, festas e venda de seus produtos também são “formas de comunicação” e recebem dos dirigentes a devida atenção.

Os jornais, a revista e a página principal na internet são desenvolvidos na secretaria nacional, com contribuições das secretarias estaduais. A comunicação rural se dá mesmo no campo, nos assentamentos e acampamentos. Os jornais chegam até as áreas rurais, ainda que em pequeno número. A página na internet é um excelente veículo de comunicação interna e dialoga também com outros setores da sociedade, mas seu alcance rural é bastante limitado, consideradas as precariedades e dificuldades do campo. Neste aspecto, quando existente, a rádio do MST é imbatível, contempla grandes comunidades sem que haja a necessidade de algo mais que um radinho e algumas pilhas ou luz elétrica. No caso das rádios, a secretaria promove periodicamente oficinas de profissionalização.

A organicidade do setor de comunicação do MST permite que a comunicação dentro dos acampamentos e assentamentos seja planejada, incentivada e acompanhada por atores sociais que se responsabilizam pela formação política e técnica dos comunicadores, buscando sempre aumentar o número de colaboradores e de agentes envolvidos.

A militante Camila Bonassa, integrante do Coletivo Nacional de Comunicação, desde 1998 no setor, conta que “sempre são feitas oficinas e laboratórios, que duram de 15 a 30 dias, com o objetivo de capacitar novos comunicadores”. Como os trabalhos não são remunerados, a rotatividade dos colaboradores é grande, o que prejudica a comunicação, uma vez que nem todos os comunicadores passam pelas oficinas.

As rádios do MST representam, segundo Bonassa, frentes de luta e são importantes para “manter a juventude na comunidade, no assentamento”. Para a militante, a ausência de

políticas públicas que incentivem a permanência do jovem no campo é resultado de uma excessiva preocupação governamental em subsidiar o agronegócio. Em suas palavras “a juventude não encontra trabalho no campo e vai para a cidade. A rádio consegue amenizar esse processo, pois proporciona lazer, educação e trabalho para os jovens, ainda que em pequena escala”, completa. Ela lamenta que a falta de dinheiro, muitas vezes, impede a direção de instalar mais rádios e aumentar as publicações impressas.

O Jornal Sem Terra é publicado desde 1984 e hoje está com uma tiragem mensal de 20 mil exemplares. Este número tinha que ser muito maior, mas ao menos conseguimos enviar um exemplar para cada grupo (assentamento ou acampamento). Com relação as rádios, elas não duram muito. As dificuldades financeiras, técnicas e os problemas com a Anatel fazem com que as rádios não tenham vida longa. Fica difícil até estipular um número. O estado do Paraná é o que possui mais rádios hoje. (Camila Bonassa, entrevista realizada no dia 18/07/2003)

O programa Vozes da Terra

O acompanhamento das rádios é dificultado pelas distâncias e pela efemeridade das mesmas. Em contrapartida o MST, a UNISANTOS (Universidade Católica de Santos – SP) e a OBORÉ¹⁶ produzem mensalmente o *cd* “Vozes da Terra” para solucionar essa lacuna e alimentar a programação das rádios existentes. Este trabalho traz quatro programas de quinze minutos, em média, que problematizam questões como a reforma agrária, a soberania nacional, a ALCA, os transgênicos, entre outros.

“Vozes da Terra” é produzido há 4 anos e apesar de priorizar assuntos como a luta pela terra e a reforma agrária, o programa também é distribuído para rádios comunitárias “da cidade”. Um

¹⁶ A OBORÉ é uma empresa prestadora de serviços que desde 1978 faz e ensina a fazer comunicação popular. Nos seus primeiros 15 anos, concentra-se na área da imprensa sindical, produzindo jornais, boletins, revistas, campanhas e consultoria de planejamento de comunicação para sindicatos de trabalhadores urbanos. Nos últimos dez anos passa a desenvolver projetos de comunicação de rádio e atuar na área rural. (www.obore.com)

exemplo é, a Rádio Cantareira (comunitária), situada na capital de São Paulo, que é contemplada pelo *cd*.

Carvalho discorre sobre a utilização do meio rádio e do programa “Vozes da Terra”:

Desde 1987 o MST mantém programa de rádio de alcance nacional, com edições semanais. Em função da importância do rádio no processo de comunicação rural o MST adquiriu horários em várias rádios particulares ou vinculadas às igrejas nos diversos estados do país, e passou a estimular a criação de rádios comunitárias. Desde o ano de 2000 produz o programa *Vozes da Terra*, que é distribuído mensalmente a todas as rádios do MST, e às católicas, às universitárias e a algumas rádios comerciais. Aproximadamente 2.000 rádios recebem o programa. (CARVALHO in BOAVENTURA, 2002, p. 255).

O principal objetivo deste programa é promover a cidadania e a democracia no campo. Em linguagem simples e acessível são trabalhados conceitos como soberania nacional, os transgênicos, a importância da militância, a luta pela delimitação no tamanho das propriedades, entre outras campanhas do movimento.

No *cd* do mês de novembro de 2002, por exemplo, o locutor¹⁷ pergunta aos ouvintes se eles sabem o que significa soberania, se consideram o Brasil um país soberano e explica o que representa o poder supremo de uma nação. Em seu discurso, bastante informal (com direito a gaguejar), o comunicador conta que desde 1500 o país tem procurado se afirmar, sem, no entanto realizar algo significativo. Diz que estamos perdendo estatais, bancos, siderúrgicas e que os estrangeiros estão de olho na floresta amazônica.

¹⁷ Fernando Diegues (jornalista –Unisantos)

Além disso, explica que os Estados Unidos (principalmente) querem “inundar” o Brasil com seus produtos, pois operam em déficit alfandegário; importam mais que exportam. Isto serve de gancho para que outro assunto, e conseqüentemente outro conceito, seja discutido: a Aliança Comercial das Américas – ALCA. Segundo o “Vozes da Terra”, o Produto Interno Bruto - PIB norte-americano estaria na ordem de 11 trilhões de dólares¹⁸, enquanto o brasileiro não atingiria nem US\$ 0,5 trilhão. Esta diferença seria uma perigosa arma no jogo de forças caso a aliança (ALCA) seja concretizada.

A ALCA é apresentada como um instrumento de continuidade ao “servilismo” econômico que os países latino-americanos estão submetidos em relação aos Estados Unidos. Esta crítica às políticas neoliberais é ilustrada com exemplos de casos (setor de autopeças e telecomunicações) nos quais “o governo abre as portas, não servindo nem à burguesia nacional”.

O programa prossegue com uma indagação “Tá gostando?” e incita o ouvinte a escrever para a redação do “Vozes da Terra”¹⁹. Uma música de Milton Nascimento falando sobre a terra pontua o intervalo entre as discussões sobre soberania. A ALCA é novamente o assunto principal, o sindicalista que então comanda o programa explica que mesmo os Estados Unidos importando mais que exportando não têm crise porque o dólar “baliza” a economia mundial. Ele conclui que a ALCA só irá favorecer os Estados Unidos.

A única forma de se defender da ALCA é construindo a soberania. Para isto é necessário formação política. Para historicizar, o locutor cita exemplos de atores sociais que lutaram pela soberania no país, tais como: Antônio Conselheiro, Tiradentes, Luís Carlos Prestes e mesmo

¹⁸ Dados de novembro de 2002.

¹⁹ O endereço é: rua Euclides da Cunha, 264 Pompéia 11065-902 Santos –SP
vozesdaterra@uol.com.br

“direitistas” como Roberto Campos e Plínio Salgado. Finalmente, conclui o conceito: *A soberania é o fundamento da existência de um Estado Nacional, que passa a ser mais que uma referência geográfica. Passa a significar autonomia econômica, tecnológica e militar e ter um povo preparado para defender sua pátria. Um país soberano é um país justo e democrático.*

Mais uma música e o programa termina com oferta de assinatura da revista do movimento e telefone para contato. Ainda que o trecho acima pareça uma mera descrição de um programa (inicialmente) rural e esquerdista, cabe ressaltar a importância deste tipo de informação e discussão no referido meio. A preocupação com a formação política dos elaboradores do projeto “Vozes da Terra” fica evidente não só no próprio discurso (vide o caminho apontado para a proteção contra a ALCA) como é perceptível em todo seu conteúdo. O esclarecimento a respeito de assuntos politicamente relevantes como a soberania nacional e ALCA têm sido aspectos fundamentais para a constituição de atores socialmente conscientes de seu meio e de suas capacidades enquanto agentes transformadores da sociedade.

As rádios comunitárias do MST

Geograficamente as cidades de Rio Bonito do Iguçu e Cantagalo pertencem a uma região repleta de assentamentos e acampamentos, que tem em Guarapuava a sua referência de cidade grande. Guarapuava está a 259 quilômetros de Curitiba, a capital do Paraná. Para chegar a Cantagalo é necessário percorrer mais 72 quilômetros. O assentamento Ireno Alves



dos Santos dista 75 quilômetros de Cantagalo. Para chegar ao assentamento é preciso ir até a cidade de Laranjeiras pela BR 277 (a mesma que liga Curitiba a Cantagalo), entrar na BR 158 rumo a Rio Bonito do Iguçu para então pegar um ônibus ou seguir pela estrada que leva ao assentamento (conf. mapas 01 e 02). No caminho é possível avistar diversos acampamentos.

MAPA 01 – Localização geográfica do Estado do Paraná em relação à América do Sul.



MAPA 02 – Estado do Paraná com destaque para a capital Curitiba, e as cidades de Guarapuava, Cantagalo e Rio Bonito do Iguçu, ligadas pelas BR 277 e BR 158. Fonte: Guia Quatro Rodas.

Rio Bonito do Iguçu é um município grande, mas a cidade se resume a uma rua principal cortada por ruelas transversais. A prefeitura, o ginásio de esportes, a escola e a rodoviária são as principais instituições e estão rodeadas por lojas, mercadinhos, bares, lanchonetes, uma farmácia e um ponto de táxi, no qual dois veículos antigos se revezam. Os comerciantes locais relatam que antes dos assentamentos a cidade era muito menor. Segundo eles, os fazendeiros da região fazem suas compras em cidades maiores como Guarapuava, Cascavel ou Pato Branco. O comércio local sobrevive de varejo e a população possui uma renda muito baixa. Os assentados possuem bom crédito em Rio Bonito do Iguçu. Uma comerciante local narra que

“quanto menor a dívida, é mais fácil ser paga. O pessoal do MST sempre paga porque tem medo de perder o crédito. Eles conseguem se organizar nas colheitas e nas vendas e por isso, sempre têm dinheiro para gastar aqui no comércio local. Antes do MST essa cidade era um nada”.

Esse fenômeno vai de encontro a uma teoria defendida por Caio Prado Junior²⁰ (s/d, p. 163), em 1964, quando comenta a capacidade dos trabalhadores rurais pernambucanos de se organizarem e se sindicalizarem para melhorar seus salários. Em 1964 escreve: “há menos de um ano recebiam de 80 a 120 cruzeiros diários. Hoje estão recebendo 900!”.

A esse respeito, complementa:

Modificou-se não apenas a existência dos trabalhadores diretamente beneficiados pela melhoria dos salários, e que começam já a apresentar os primeiros sinais visíveis, embora ainda muito débeis, de sua integração nos padrões de vida de uma sociedade civilizada – o que não ocorria anteriormente - , mas já se estão sentindo os efeitos da nova situação criada com a brusca elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores, nas atividades comerciais da região.(...) Grandes e pequenos comerciantes – tivemos contato com muitas e variadas pessoas, inclusive o gerente de uma agência bancária local – foram unânimes em reconhecer e proclamar que o comércio e a cidade em geral se estão largamente se beneficiando com o grande fluxo de seus novos consumidores que são os trabalhadores da cana com seus salários valorizados. (ibid., p. 164)

A insurgência do MST na região representou grande avanço não só para o comércio, mas para as 1.500 famílias que foram assentadas e passaram a ter condições de reproduzir a sua existência através de um lote de terra.

Lopes (in SANTOS, 2002, p. 295-296) observou que “com a chegada dos sem-terra, de um dia para o outro, a cidade viu sua população crescer de 7.000 habitantes para quase 16.000, o que

²⁰ PRADO Jr, Caio. *Marcha da Questão Agrária no Brasil*, publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº 51, jan-fev, 1964. In: *A questão agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, s/d.

significa uma ampliação desmesurada do contingente de novos usuários dos serviços públicos, novos consumidores e, para afixação compreensível do poder local, novos eleitores”.

A diferença entre *estar* acampado ou *ser* assentado se evidencia na fala de uma liderança do movimento: “enquanto estamos acampados na beira da estrada somos considerados bandidos. Quando conquistamos a terra e o crédito e nos tornamos consumidores passamos a ser considerados *muito importantes* para a economia local.” (apud LOPES, ob. cit., p. 296)

Assentamento Ireno Alves dos Santos

Este assentamento é considerado o maior em área do país e está situado em Rio Bonito do Iguaçu, no centro-oeste do Paraná. Seu nome veio de uma liderança morta no Natal de 1996, quando 1.500 famílias que hoje ocupam a fazenda Giacomet/Marodin ainda eram grupos de acampados na BR 158, rodovia estatal que corta a região.

A antiga fazenda foi constituída na década de 1950, quando o Estado era governado bionicamente por Moisés Lupion (UDN). Na enorme vastidão – cerca de 84.000 hectares - da fazenda não havia produção, apenas era praticada a extração de madeira de lei. Esta extensão de terra equivale a um polígono de 29 x 29 km ou 840 km². Para fins comparativos, a capital do Paraná, Curitiba, ocupa uma área de 432 km² e abriga uma população de 1.400.000 habitantes.

Ireno Alves dos Santos foi um dos grandes articuladores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região centro-oeste do Paraná. Extremamente religioso, Ireno invocava nos colonos uma vontade divina de lutar pela terra.

Sob o seu comando, em 17 de abril de 1996, 700 famílias ocuparam as margens da BR 158, que ladeava a fazenda Giacomet/Marodin, em uma região conhecida como “Buraco”. Foi a primeira grande ocupação. Até então apenas pequenos grupos davam indícios de que as sementes do MST germinariam por lá.

Lopes (in SANTOS, 2002, p.289) diz que “as famílias que compuseram aquele grupo eram predominantemente oriundas de regiões do interior do Paraná. Há, contudo, inúmeros casos de famílias retirantes, quase nômades, que passaram grande parte de suas vidas procurando um lugar (...) algumas chegaram mesmo a tentar a vida em outro país, como é o caso daqueles indivíduos que são chamados de *brasiguaios*: passaram parte da vida no Paraguai.” Para o autor, a dinâmica migratória é movida pela impossibilidade de qualquer “sedentarismo economicamente viável”.

Ireno morreu em um acidente de carro com a família. Este fato, sem dúvida, abalou os acampados, mas não os fez desistir da luta. Em 16 de janeiro do ano seguinte, duas outras lideranças foram mortas- desta vez pela polícia - em um conflito; José Alves dos Santos, 33, e Vanderlei das Neves, 16.

Na época, comentava-se que o INCRA só liberava terras quando aconteciam mortes nos conflitos. Dito e feito, no dia seguinte, dia 17 de janeiro de 1997, foram liberados os primeiros 17 mil hectares para 900 famílias. A princípio, a terra era trabalhada de forma coletiva, enquanto os lotes não estavam divididos. Nesta época, a produção era levada para o acampamento, onde dormiam os sem-terra.

A divisão

Inicialmente os líderes dividiram as terras em lotes de seis hectares, o equivalente a 60 mil metros quadrados. Os lotes foram agrupados em núcleos de 20 lotes cada. Estes núcleos foram entregues a núcleos de 20 famílias. Ainda no acampamento, cada grupo de 20 famílias, aproximadamente, formava um núcleo com seu próprio líder. Desta forma, a mudança do acampamento para o assentamento permitiu que os sem-terra continuassem vizinhos.

Os primeiros lotes habitados foram os mais distantes da sede da antiga fazenda e da “porteira” de entrada do assentamento. Com a liberação do INCRA de mais 10 mil hectares, o total de famílias chegou a 1.500 mil. O Ireno Alves possui hoje 60 grupos, divididos em comunidades. Cada comunidade é composta por três ou quatro grupos de 20 lotes cada e possui escolas, igrejas, campinhos e líderes próprios.

As comunidades menores não possuem escolas, logo, suas crianças freqüentam a escola do grupo vizinho. São seis escolas de 1ª a 4ª série; quatro de 5ª a 8ª, diversas pré-escolas e apenas uma de 2º grau, situada na sede do assentamento.

Homenagens

Além da homenagem máxima prestada ao líder Ireno Alves, as primeiras duas escolas também prestam homenagem aos mortos na véspera de 17 de janeiro. José Alves dos Santos é o nome de uma escola de 5ª a 8ª série e Vanderlei das Neves, da primeira escola de 1ª a 4ª série.

Do total liberado para os assentamentos, 27.000 hectares, uma parte foi destinada à mata de preservação, conforme exige o Código Florestal, lei 4.771 de 15 de setembro de 1965. A área separada para a reserva florestal foi de 3,2 mil hectares.

Os bons tempos da COAGRI

A COAGRI – Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná - foi uma cooperativa que possibilitou muitas melhorias na vida dos assentados da região. Como a terra do Ireno Alves é extremamente fértil, os agricultores assentados não tardaram a colher milho, feijão, arroz e soja em quantidades muito superiores ao que necessitavam para sua subsistência.

Organizados em uma cooperativa, na cidade próxima de Cantagalo, eles conseguiam crédito para comprar seus insumos (sementes, adubo e agrotóxicos). Anualmente faziam empréstimos no valor de R\$ 2 mil e pagavam após a colheita. O Banco do Brasil era o credor da COAGRI.

O líder Danilo Ferreira narra que “o lucro era investido coletivamente, tínhamos tratores, caminhões, sementeiras e 106 funcionários”. Negociar o preço coletivamente, ajudar os “companheiros acampados” e ter a certeza de ter crédito representavam a tão sonhada segurança e chance de construir uma vida melhor para os assentados.

Na virada de 1999 para 2000, a cooperativa havia realizado 1.500 empréstimos de R\$ 2.000 para o plantio e de R\$1.500 para investimentos nos assentamentos, num total de R\$ 6.250.000. Porém, o Banco do Brasil, alegando irregularidades na documentação dos lotes, repassou apenas o equivalente a 900 empréstimos de R\$ 2.000 para a cooperativa ou R\$ 1.800.000.

Ano eleitoral, pouca informação e muita indignação. Ingredientes não faltaram para os opositores do MST colocarem os próprios assentados contra a cooperativa. Todos queriam saber onde estava o dinheiro da COAGRI. Na verdade, este dinheiro do governo não chegou a ser repassado, mas a oposição acusava a cooperativa - completamente endividada com fornecedores e funcionários - de má-administração.

Armada a confusão, muitos assentados sequer quitaram seus empréstimos com a COAGRI após a colheita, pois acreditavam que ela estava quebrada e que de nada valeria pagar a dívida. De fato, todo dinheiro que entrava era bloqueado pelo banco e a COAGRI não resistiu ao boicote do governo e faliu.

Sem cooperativa própria, cada assentado vende hoje sua produção para cooperativas particulares. “Ficou muito mais difícil pra todos, não podemos mais contar com o patrimônio coletivo, negociar nossa produção juntos e até para iniciar a plantação ficou mais complicado, por exemplo; cada um comprando sementes separado é pior para conseguir prazos e descontos. Este fato nos fez retroceder na sociabilização de nossa produção, que ainda é capitalista”, analisa o líder Dirceu Ferreira, irmão de Danilo.

Apenas as rádios comunitárias²¹ da região tentavam esclarecer a população; Danilo Ferreira diz que políticos utilizaram as outras rádios para massacrar a cooperativa e o movimento. Episódios como este são emblemáticos para observarmos a diferença entre um meio de comunicação comunitário e um tradicional. Enquanto os tradicionais tendem a reproduzir as ideologias das classes dominantes, veículos comunitários têm como razão de sua existência informar e defender a comunidade que os gere. A comunicação alternativa, desvinculada de interesses comerciais, permite que narrativas verdadeiras, isentas de filtros e censuras porque o funcionamento da rádio não se inviabiliza por falta de anunciantes, que inexistem. Em casos como fechamento da COAGRI, quando havia corte orçamentário por parte do governo e a desinformação imperava, as rádios tradicionais apenas incitavam os próprios cooperados a boicotarem suas dívidas, o que contribuiu para piorar sua própria situação de produtor.

²¹ Comunidade FM, do assentamento Ireno Alves dos Santos (Rio Bonito do Iguçu), Alternativa FM, de Cantagalo e rádio da Bacia, situada no acampamento 18 de junho, às margens da BR 158.

“o que define uma rádio comunitária são os objetivos que persegue: democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que nossa sociedade seja mais democrática” (Chasqui, “Revista Latinoamericana de Comunicación” apud COGO, 1994, p.17 e 75).

A rádio comunitária do Ireno Alves dos Santos

A *menina dos olhos* dos sem-terra de Rio Bonito do Iguaçu funciona na sede do assentamento Ireno Alves dos Santos desde a sua formação, em 1997. A rádio Comunidade não representa uma novidade propriamente do assentamento. Quando ainda eram acampados, os sem-terra da BR 158 montaram a rádio Cipó, que ganhou este nome “por se enroscar mato à dentro” sempre se protegendo contra os ataques policiais. A Cipó funcionou até em porta-malas de carros, era uma rádio itinerante dentro do acampamento. Seus equipamentos foram doados para outra rádio – a Alternativa, de Cantagalo, mas os líderes que a comandavam são os mesmos da Comunidade FM.

Cada vez que a rádio comunitária Comunidade FM sai do ar, é com muito pesar que os assentados buscam outra frequência em seus radinhos de pilha. A rádio, apesar de estar no ar há seis anos, ainda não possui alvará de funcionamento. Os coordenadores, devidamente orientados por assessoria jurídica, já encaminharam um estatuto à ANATEL²² e aguardam resposta. Enquanto isso, continuam se expressando livremente, ainda que ilegalmente.

Apesar do moderno computador, várias vezes o transmissor falha e a rádio fica dias sem funcionar. “Ele (o transmissor) está no médico, em Pato Branco”, apressou-se em explicar o líder e um dos principais responsáveis pela rádio, Danilo Ferreira, tão logo chegamos a região

²² Agência estatal reguladora do setor de Telecomunicações. (cf. www.anatel.gov.br)

para pesquisar na Páscoa de 2003²³. Felizmente, no dia seguinte, o transmissor ficou pronto e foi trazido ao assentamento por um irmão de Danilo, que também coordena uma rádio comunitária, no município vizinho de Saudades, PR.

Meia hora no ar foi o tempo suficiente para que, caminhando pela sede, pudéssemos constatar que a maioria das casas já estava sintonizada na rádio. Danilo conta que, durante essas lacunas de transmissão, o que mais ouve é: “E a nossa rádio, quando volta?”. Essa relação de pertencimento e posse tem diversas origens.

A identidade entre emissor e receptor é muito grande, uma vez que os locutores são pessoas da comunidade. Existe abertura para que todos participem. “Os locutores são gente simples, que se atrapalha com o computador e que falam caipira (*sic*) igual ao resto do pessoal”, explica Dirceu Ferreira, um dos idealizadores da rádio.

A polícia já levou os equipamentos algumas vezes. Os assentados contam que quando a polícia entra no Ireno Alves, muitas vezes, os próprios moradores invadem a casa onde fica o estúdio e carregam os equipamentos antes que a polícia chegue ao local.

Em certa ocasião, para colocarem a rádio de volta no ar, agentes comunitários arrecadaram R\$ 50,00 de vários sem-terra e compraram equipamentos novos. Esta situação corroborou e fortaleceu ainda mais a relação entre a comunidade (ouvintes) e técnicos (locutores). Cinco locutores, em média, se revezam na programação que vai das 17hs às 22hs, “depois do horário da roça”, na linguagem simples dos atores sociais da região.

²³ Uma das viagens com fins de pesquisa de campo foi realizada nesta época pelos pesquisadores Ana Emília Cardoso (UFSC) e Aleksander Ecker (UFPR). Nesta ocasião, ficaram hospedados na casa dos líderes Danilo e Dirceu Ferreira, onde tiveram acesso a todos os arquivos do computador da rádio, a diversas fotos (vide anexo) dos tempos de acampamento, da cooperativa e do assentamento.

Em virtude da extensão do assentamento (27.000 hectares) e da falta de infra-estrutura, a rádio, como nos idos anos 30, ainda representa para a população local a melhor forma de comunicação. É pela rádio que os visitantes que vêm de fora anunciam sua chegada aos anfitriões assentados; que as festas de colheita são divulgadas; as partidas de futebol entre os times de cada bloco de lotes são escaladas e que os rio bonitenses ficam sabendo das novidades.

A relação rádio/ouvintes

Com a chegada da luz elétrica, em janeiro de 2003, certamente a rádio perdeu espaço para a televisão, em processo análogo ao que aconteceu em todo e qualquer canto do mundo em que se conheceu os efeitos fantásticos da imagem. Mesmo assim, em muitos aspectos, principalmente no que diz respeito ao caráter local da programação e à interatividade, a Rádio Comunidade FM mostra-se insuperável.

José Elieser Cardoso, 17, mais conhecido pelo seu pseudônimo de radialista “J.E.” (foto), conta que entre os atrativos da rádio de Rio Bonito do Iguaçu está um livro de piadas que é lido diariamente no estúdio. J.E. e os outros locutores da rádio operam as músicas direto no computador.

Outro entrevistado, o assentado Paulo R. Cesimbra, 18, agricultor, se identifica muito com a rádio. Além das piadas, ele enumera razões para só ouvir a Comunidade FM: o fato de conhecer os locutores e gostar da simplicidade deles, a seleção musical (os estilos gauchesco e sertanejo prevalecem), poder participar e aproveitar as dicas de técnicas agrícolas que são passadas pelas ondas do rádio.

O ápice da interação com a comunidade ocorre aos sábados, quando os microfones são abertos ao público, que não se intimida e solta a voz em modas de viola, ao vivo, no estúdio da rádio. No domingo, um dos assuntos em pauta é o acampamento 8 de julho, ou “os companheiros de baixo”, que se encontram na região do campo do Bugre e pleiteiam mais um pedaço da fazenda Giacomet. Como dezenas de familiares dos assentados do Ireno Alves estão “lá em baixo”, este momento é muito esperado por todos ansiosos de notícias. Quem faz essa ponte é o coordenador da rádio e líder do MST, Danilo e seu irmão Dirceu, que visitam o acampamento quase diariamente.

Aparentemente, as mulheres ainda possuem um papel secundário na organização familiar. Quando perguntados sobre o número de pessoas em seu lotes, muitos assentados respondem automaticamente omitindo as mulheres e a as crianças bem pequenas. Isto pode ser reflexo da pouca importância que lhes é atribuída na produção. As crianças trabalham na terra desde cedo. “Segurou na colher, vai pra roça”, explica um camponês.

A participação feminina na rádio também é nula. Segundo J.E., “é difícil uma mulher ter esse dom”. Talvez isto tenha origem na cultura patriarcal herdada da colonização regional. Curiosa também é a masculinização de substantivos que ocorre para nomear as coisas. Um dos muitos gatos da casa dos líderes Danilo e Dirceu, por exemplo, se chama Estrelo.

A programação

Uma importante questão se coloca quando o assunto é a programação de uma rádio comunitária ligada a um movimento social: até que ponto a ideologia do movimento se reflete no discurso da rádio?

Para entender e responder essa pergunta em primeiro lugar cabe analisar a relação entre os dirigentes nacionais do MST, a liderança regional e os atores envolvidos na implementação e no funcionamento do meio de comunicação.

Segundo agentes locais, alguns assentados participaram de cursos de instalação de rádio. A rádio recebeu alguns cds do programa “Voz da Terra”, produzido pela Unisantos (Universidade de Santos), que aborda questões pertinentes ao movimento como a luta pela terra, a política nacional e internacional e discute temas como a ALCA (Associação do Livre Comércio nas Américas), os produtos transgênicos e orgânicos, entre outros.

No entanto, não existe um acompanhamento efetivo da secretaria nacional do MST e a programação não está hermeticamente vinculada à agenda de compromissos do movimento, como podemos verificar no esquema a seguir:

Programação de Segunda à Sexta:

Não existe nenhum modelo de programa jornalístico e notícias permeiam toda a programação, como por exemplo: *uma égua baia fugiu do lote 5, quem encontrar, por favor, devolva ao seu Agenor ou deixe um recado aqui na rádio ou no mercado da dona Maria.*

17hs às 20hs: **Arquivo musical**. Um programa destinado aos mais velhos, no horário em que costumam descansar do trabalho na lavoura tomando chimarrão nas varandas de casa. Atende a pedidos de músicas caboclas de raízes gauchescas e românticas.

20hs às 23hs: **Encontro musical**. Toca músicas românticas para o público mais jovem. Na Quarta-feira, tem o **Recado do Coração**. Como a própria vinheta diz: “Este programa é sentimento puro; entra pelos poros (*sic*) e vai direto para o coração”. Chegam ao estúdio, trazidas pelo motorista do ônibus ou pelos ouvintes, cerca de 20 cartas por dia. Exemplo de uma carta: *Ao programa Pique da Viola: Oi, escrevo para esse maravilhoso programa para pedir uma música com o 3ª Dimensão, ‘Vivo a sonhar’ e ofereço para alguém com as iniciais N.Z.H.: Quem assina é a ouvinte Silvana Wgraz.*

Sábados:

07hs às 10h40: **Misto FM**. Programação que inclui de Roberto Carlos a rock.

10h40 às 11hs: **CNBB- programa da Pastoral da Terra**, enviado semanalmente por Zilda Arns.

11hs às 14hs: O locutor Enio Robero Andreatto – ex-ministro da Igreja ocupa este espaço na programação alternando músicas de raízes com leituras de trechos da Bíblia. Após a leitura, Enio interpreta a Bíblia sob duas óticas: a religiosa e a revolucionária do MST e sua luta pela terra.

14hs às 15hs: **Programa evangélico**: cânticos e rezas.

15hs às 19hs: **Tarde do aprendiz:** espaço aberto à participação de quem quiser aprender ou ter seu próprio programa.

19hs às 22hs: **Encontro musical:** músicas e cartas românticas.

Domingos:

06hs às 07hs: música de raízes e discussão de temas como os produtos orgânicos, a ALCA e a guerra do Iraque.

07hs às 10hs: **Manhã livre.** O líder Danilo Ferreira promove entrevistas com membros da comunidade que estejam desenvolvendo algum projeto interessante, com músicos ou políticos.

10hs às 12hs: **Pique da viola.** O ápice da participação popular; de vinte a trinta violeiros do assentamento vêm ao estúdio cantar ao vivo. “Às vezes tem até 50 pessoas aqui dentro. Sabe como é o caboclo... copinho de cachaça na mão e fumando. O estúdio vira uma fumaceira; apesar de nos preocuparmos com o equipamento, não fazemos nada. A rádio é de todos”. Neste programa também são feitos sorteios. As lojas de Rio Bonito do Iguaçu, que ajudam a rádio com algum apoio cultural, sorteiam brindes aos domingos. Comenta-se que “No Pique da viola, quanto mais bêbado, mais cantador.”

12hs às 19hs: **Tarde do aprendiz.**

Desafios e estratégias

Os irmãos Danilo e Dirceu Ferreira, líderes comunitários e responsáveis pela Comunidade FM, há anos estão tentando regularizar a situação da rádio. Em recente estatuto encaminhado à Anatel, organizado por uma advogada, demonstram claramente o quão “institucional” é o meio de comunicação que operam.

A rádio não representa uma ameaça anônima às rádios tradicionais da região, aos políticos de oposição ou fazendeiros. A Comunidade FM é a voz de um grupo, é a representação dos assentados de Ireno Alves dos Santos. A rádio fala sobre seus problemas, sua realidade, promove a interação entre eles – fator particularmente importante considerando que só existe um único telefone (um orelhão na sede) em toda a extensão do assentamento e que o mesmo nem sempre funciona -, permite intensa participação popular e funciona como um espelho para os assentados.

Dirceu costuma dizer que quem entra na luta não consegue mais sair. “O camarada que faz um programa uma vez, quer fazer sempre. E é um companheiro a mais pra lutar pra mantermos a rádio”. Dirceu vê a rádio como uma conquista; um serviço de utilidade pública que informa, dá recados e entretém com músicas.

A questão financeira é central em todas as reuniões e discussões sobre a rádio. Segundo Danilo, os equipamentos estão velhos e precisam ser trocados. Recentemente foi adquirido um computador que permite que a seleção de músicas e vinhetas seja feita com antecedência e previsão.

Outra debilidade do meio – segundo auto-avaliação – é o desconhecimento de técnicas de reportagem e entrevista por parte dos envolvidos na rádio. “É difícil achar um cara farquejado, a maioria é tranqueira”, diz. Ele explica que farquejado é quem está melhor preparado, vem do ato de farquejar ou tirar lascas de madeira com um cabo de ferramenta, atividade que requer prática para ser bem feita. Já o tranqueira é o vagabundo, alguém que assume um compromisso e não o cumpre.

A Rádio Alternativa FM no município de Cantagalo

A pequena cidade de Cantagalo (PR) com seus 16 mil habitantes, situada a 40 quilômetros de Rio Bonito do Iguçu, funciona como sede administrativa de diversos assentamentos da região como o 9 de junho, Jarau, Santa Clara e Água Fria. Praticamente no mesmo terreno da cooperativa (antiga COAGRI), da secretaria regional²⁴, da central do MST, dos alojamentos do MST e da secretaria do Partido dos Trabalhadores - PT, funciona a Rádio Alternativa 88.1 FM.

A Alternativa, embora ainda não opere com computadores, em alguns aspectos está muito melhor estruturada que a Comunidade FM. Oito voluntários trabalham das 6hs às 22hs, diariamente. Sua programação inclui produções de orientação política como os 15 minutos semanais do “Voz da Terra”. A coordenadora da CNBB (Congregação Nacional dos Bispos do Brasil), Zilda Arns, também lhes envia cds semanalmente com programas que falam de cidadania, respeito, humanismo e religião.

Além disso, existem espaços de discussão entre alunos e professores, comerciantes e consumidores e líderes comunitários da região. Logo, a participação popular extrapola as duas

²⁴ Contatos : Rose 42 636- 1359/ 636 2118 ou 653 1141 (assentamento)

horas do programa sabatino Voz da Comunidade, destinado a denúncias e cantores da comunidade.

O fato de estar sediada em uma cidade deixa a Alternativa mais exposta a ações repreensivas da polícia. De fato, a rádio teve problemas com apreensão de equipamentos três vezes. No entanto, desde 2001 a Anatel não tem aparecido. Em 1997, ficou 10 meses fechada.

Foi nesta época que aconteceu um episódio marcante em sua história. Avisado de que a polícia estava a caminho, um dos radialistas escondeu o transmissor, que é parte mais cara dos equipamentos, embaixo da blusa e tentou fugir. Os policiais sitiaram a rádio com viaturas e armados com fuzis e metralhadoras prenderam o fugitivo. A população nervosa protestava em volta dos policiais. No momento que um policial começou a bater no radialista que protegia o transmissor, um senhor, já em idade avançada, ficou tão nervoso que teve um ataque cardíaco e morreu. A população, indignada, apedrejou as viaturas policiais.

Nenhum dos oito colaboradores que atualmente operam a Alternativa FM possui diploma em Comunicação. Rosilene, locutora, recentemente se afastou e está no Rio Grande do Sul estudando para obter o registro de jornalista. Mais do que um problema burocrático ou institucional, a falta de alguém titulado lhes priva de ter acesso a informações com a polícia e o hospital.

Camilo da Silva, 21, diz que: “Muitas vezes acontece de morrer alguém. Certa vez uma enfermeira mandou enterrar uma criança que ainda estava viva; nós fomos lá e eles alegavam que como não éramos jornalistas, não tinham obrigação de nos dar as informações”. A rádio está sempre dialogando com seus opositores buscando uma interação ainda mais abrangente com a comunidade. O fato de estar aberta à participação de todos lhe aproxima dos mais

diversos setores e, principalmente, representa um canal para os ouvintes tornarem-se também emissores.

A rotatividade dos locutores acontece por razões que, muitas vezes, transcendem a rádio em si, como é o caso de Alvino que já passou pela Rádio Cipó e há 6 anos trabalha na Alternativa. Ele está afastado da rádio para cursar Medicina, em Cuba. No centro-oeste do Paraná, além de não haver jornalistas, a ausência de profissionais da saúde é gritante. Quando voltar, Alvino, então doutor, pretende pleitear um espaço na programação para transmitir os conhecimentos adquiridos e está certo de que não terá qualquer dificuldade para conseguí-lo, a menos que a polícia feche a rádio. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi fechada, em média, uma rádio por dia. Logo, fazer planos para o futuro de uma rádio comunitária ainda não é possível no Brasil.



Fotografia 01 – Acampamento na BR 158. Rio Bonito do Iguaçu (PR).
Fonte: Danilo Ferreira, 1995.



Fotografia 02 – Cotidiano no acampamento. Rio Bonito do Iguaçu (PR).
Fonte: Danilo Ferreira, 1995.



Fotografia 03 – Forno no acampamento. Rio Bonito do Iguçu (PR)
Fonte: Danilo Ferreira, 1995.



Fotografia 04 – Campinho de futebol no acampamento. Rio Bonito do Iguçu (PR).
Fonte: Danilo Ferreira, 1995.



Fotografia 05 – Imagem de Sebastião Salgado documentando a histórica ocupação da fazenda Giacomet/Marodin em 17 de abril de 1996. Fonte: <http://www.terra.com.br/sebastiaosalgado/> Acesso em: 01 mar. 2004, às 20h30.



Fotografia 06 – Assentamento Ireno Alves dos Santos. Rio Bonito do Iguçu (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 1997.



Fotografia 07 – Milho produzido no assentamento que era levado para o acampamento antes da divisão de lotes. Rio Bonito do Iguaçú, (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 1997.



Fotografia 08 – Crianças se alimentam na sede do assentamento. Rio Bonito do Iguaçú (PR) Fonte: Danilo Ferreira, 1997.



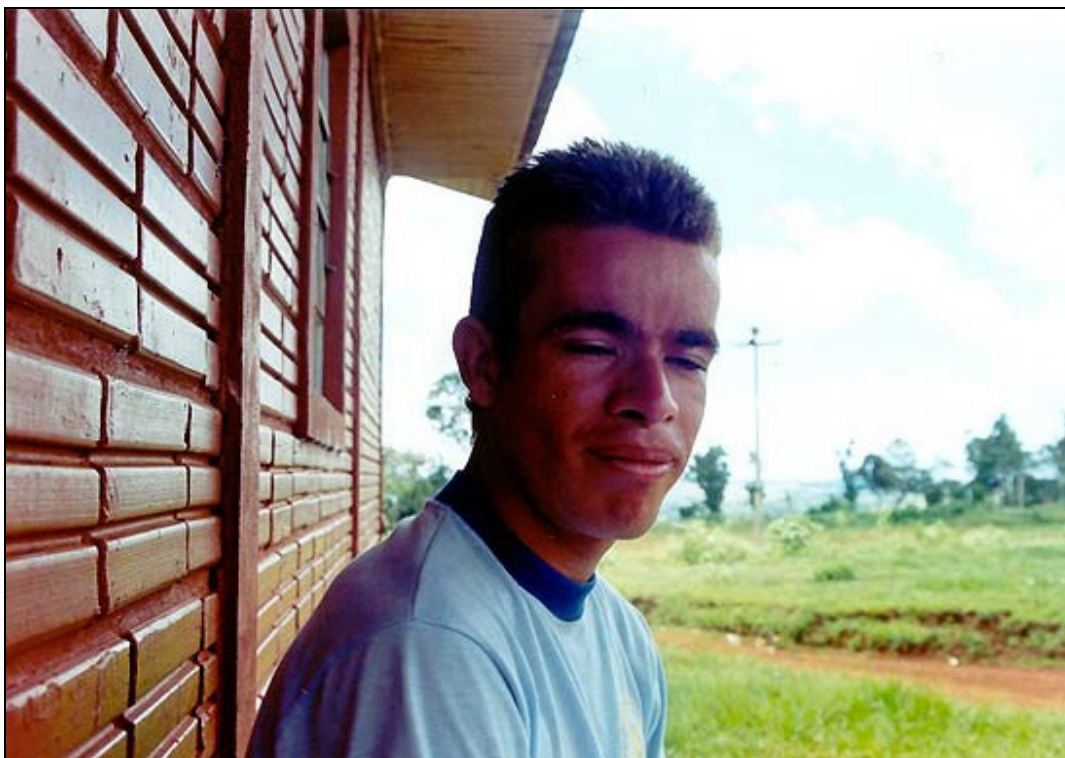
Fotografia 09 – Residência dos líderes do Assentamento Ireno Alves dos Santos. Rio Bonito do Iguaçu (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 2003.



Fotografia 10 – Sem-terrinha posam para foto na sede do assentamento Ireno Alves dos Santos. Rio Bonito do Iguaçu (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 2003.



Fotografia 11 – Sede da rádio Comunidade FM, no assentamento Ireno Alves dos Santos. Rio Bonito do Iguçu (PR).
Fonte: Ana Emília Cardoso, 2003.



Fotografia 12 – O locutor José Eliezer Cardoso em frente ao estúdio da rádio Comunidade FM, no assentamento Ireno Alves dos Santos. Rio Bonito do Iguçu (PR). Fonte: Ana Emília Cardoso, 2003.



Fotografia 13 – Estúdio da Rádio Alternativa FM. Cantagalo (PR). Fonte: Ana Emília Cardoso, 2003.



Fotografia 14– Estúdio da Rádio Alternativa FM. Cantagalo (PR). Fonte: Ana Emília Cardoso, 2003.



Fotografia 15 – Sem-terrinha contemplam divisão de grãos na COAGRI. Cantagalo (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 1999.



Fotografia 16 – Caminhão e galpão da COAGRI. Cantagalo (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 1999.



Fotografia 17- Distribuição de grãos na COAGRI. Cantagalo (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 1999.
Fotografia 18 – Sacas de produção. Cantagalo (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 1999.



Fotografia 19 – Sem-terrinha e o líder Danilo Ferreira. Cantagalo (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 1999.
Fotografia 20 – Sem-terra carregam a produção. COAGRI, 1999. Cantagalo (PR). Fonte: Danilo Ferreira, 1999.

2 A (I)LEGALIDADE DAS RÁDIOS E A LEI QUE MAIS ATRAPALHA DO QUE AJUDA

A regulamentação das rádios comunitárias envolve questões políticas e limita as outorgas a pequenos grupos. Isto significa que as rádios comunitárias legais são poucas. Todas as rádios poderiam representar um canal aberto para a comunidade se expressar e prestar serviços sociais tais como desenvolver projetos para que todos os moradores da localidade tenham acesso a informações sobre o que está acontecendo na vizinhança e também ser a voz daqueles que reivindicam algo e não têm outro espaço, além também de propor soluções dentro da comunidade. Na rádio podem ser mostrados a cultura e os artistas locais porque as emissoras não têm vínculos comerciais. As rádios comunitárias devem contribuir para a democratização dos meios de comunicação.

Porém, o que muitas vezes se verifica é que as rádios que conseguem alvará nem sempre atendem a estes requisitos por estarem vinculadas a grupos fortes, sem os quais não teriam conseguido a licença pra funcionar legalmente como demonstrado na pesquisa de Jacques Mick²⁵ e Fabiana Vieira²⁶, que, ao aplicar questionários em rádios comunitárias que possuem alvará em Santa Catarina²⁷ verificaram que: “Algumas rádios admitem explicitamente que os vínculos com políticos ou religiosos foram fundamentais para conseguirem driblar a burocracia e alcançar a concessão.” As funções social e emancipatória destas rádios tornam-se questionáveis, uma vez que sua concessão foi conseguida pelo que os autores do artigo chamam de “coronelismo eletrônico”, uma troca de favores envolvendo atores sociais com poderes desiguais e implicações de dependência permanentes. Quem recebe a outorga fica

²⁵ Jornalista, mestre e doutorando em Sociologia Política (UFSC), professor do curso de Jornalismo do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/Ielusc, de Joinville (SC). In: Política e religião nas rádios comunitárias de SC. jmick@globalite.com.br

²⁶ Jornalista, assessora do deputado federal Carlito Merss (PT/SC).

²⁷ No Estado de Santa Catarina, dos 304 pedidos de concessão, apenas 38 foram atendidos e 32 rádios comunitárias estão, legalmente, funcionando.

vinculado a alguém mais poderoso e passa a utilizar a rádio de acordo com os interesses deste ator social, seja ele um político ou uma instituição religiosa, o que é proibido por lei.

Em contrapartida, rádios ligadas a movimentos sociais que façam oposição ao governo, como é o caso do MST, enfrentam grandes dificuldades não só para se enquadrar na lei, que é bastante específica com relação às aparelhagens técnicas, como também carecem de “apadrinhamento” político que lhes facilite o acesso ao alvará de funcionamento. Mais de 7000 processos de rádios comunitárias esperam o alvará do Ministério das Telecomunicações, que é deliberado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Segundo MICK (2003, no prelo):

A legislação que permitiu a operação das RadCom no Brasil, a partir de 1995, **é fruto de um processo de pressões da sociedade sobre o governo federal e o Congresso Nacional, em nome da democratização das comunicações, mas apresenta inúmeras restrições operacionais às emissoras.** À parte isso, impõe um conjunto de exigências anteriores à concessão, e um rito de decisões envolvendo diversas esferas de governo que, burocraticamente, alongam o prazo de autorização de funcionamento a um ritmo intolerável por agrupamentos sociais naturalmente dinâmicos.

É como se o **Poder Concedente** agisse como uma faca de dois gumes: **enquanto ajuda a regulamentar, orientar e organizar o funcionamento das rádios comunitárias, também prejudica pela burocracia e morosidade na legalização dessas entidades,** dando um pouco de razão àqueles que dizem que o Governo só quer dar voz para os que falam a seu favor.

Para entendermos o porquê do fechamento das rádios comunitárias é providencial o conhecimento da lei que as regula. Segue a lei 9.612 de 19/02/1998, ainda vigente:

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA²⁸

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais.

Parágrafo único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

²⁸ Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. Fonte: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/md-lei9612.html>>. Acesso em: 20/01/2004.

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem **infrações** na operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;

II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do serviço;

III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

A lei é considerada contraditória e mal elaborada em diversos aspectos. No aspecto que tange às rádios comunitárias de populações rurais²⁹, por exemplo, a baixa potência exigida para o gerador é incapaz de abranger áreas que contemplem toda uma comunidade ou bairro. Logo, já no artigo 1º os dois primeiros parágrafos apresentam contradições. Trinta metros de antena e 25 watts podem dar cobertura a áreas dos mais diversos tamanhos, dependendo da sinuosidade do terreno. Mesmo que o campo seja mais plano e portanto o raio de abrangência normalmente seja maior que na cidade, suas comunidades são mais dispersas.

²⁹ Conforme observado no artigo: Inadequações da atual legislação de radiodifusão comunitária aplicada a comunidades indígenas – considerações preliminares, de Rosane Lacerda. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/revistajur/artigos/artigo07.htm>> Acesso em 20 jan. 2004.

Outro aspecto problemático é a questão comercial. Os artigos 18º e 19º versam sobre dinheiro. Segundo a lei, a rádio pode receber apoio financeiro do comércio local, mas isto não pode caracterizar uma “cessão” ou “arrendamento” dos horários da rádio. Existe um custo mínimo de manutenção das rádios, mesmo que os locutores e operadores trabalhem voluntariamente. Então para funcionar a rádio tem que receber apoios e doações, mas isto não pode caracterizar uma relação comercial. Os equipamentos custam caro, cerca de R\$ 5.000 e devem ser homologados pela ANATEL, de acordo com os artigos 14º e o primeiro inciso do artigo 21º. A rádio só pode entrar no ar após receber a concessão (artigo 6º). Então, segundo a lei, uma fundação ou associação comunitária, sem fins lucrativos, com sede na área pretendida, formada por moradores brasileiros ou naturalizados (artigo 7º) deve comprar, montar o equipamento e esperar a concessão, que pode demorar muitos anos.

Conforme acima citado, pesquisas demonstram que é muito mais fácil para quem tem “apadrinhamento político ou religioso” conseguir a outorga; o que fere o artigo 11º e, conseqüentemente o artigo 4º. O artigo 20º nos parece o mais prosélito:

Art. 20º. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Um governo que fechou 3.000 rádios em oito anos (Fernando Henrique Cardoso, 1994-2002) não pode afirmar que “estimula” o serviço de radiodifusão comunitária. O Poder Concedente “pode” elaborar um manual e organizar cursos de treinamento e pode também apreender equipamentos e “caçar” as rádios comunitárias. Apesar do governo não seguir o artigo 20, na Internet há inúmeras páginas que ensinam como se montar um rádio.

Caminhos alternativos

O surgimento, nos anos 70, das tecnologias de radiodifusão de baixo custo deu origem aos primeiros movimentos de rádios livres e populares, principalmente na Europa. Segundo Machado, Magri e Masagão o movimento das rádios livres começou na Itália, em 1975, e visava “perfurar” o monopólio estatal das telecomunicações. “Nascidas no bojo de movimentos políticos contestatórios, as rádios livres estimularam as pessoas a passar da condição passiva de ouvintes para a de ativos de seus discursos e a colocar no ar suas idéias, os seus prazeres, as suas músicas preferidas, sem precisar de autorização para isso.” (1987, p. 59)

As rádios comunitárias estão inseridas em grandes movimentos pela democratização da comunicação, desde a década de 70, como nos mostra Vieira de Souza: “Este movimento (*Movimento por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação*) que manifestava-se nos fóruns internacionais nos anos 70, tendo como principal palco a UNESCO, foi influenciado por novos movimentos que surgiram na área da comunicação, como o movimento das rádios e tevês livres que acontecia principalmente na Europa” (SOUZA, 1996, p. 60)

Na década de oitenta proliferavam, em São Paulo, as primeiras rádios livres em frequência modulada (FM). A princípio a rádio livre era utilizada principalmente por jovens “por desobediência civil, por hobby, para experiência técnica, por brincadeira ou anarquia”. (id.)

O movimento de rádios livres apareceu com força no Brasil na segunda metade da década de 80. Primeiramente era apenas um divertimento de técnicos em eletrônica. Depois, grupos políticos de esquerda e estudantes universitários colocaram suas emissoras no ar. O governo da época reprimiu essa modalidade de radiodifusão. Muitas rádios foram fechadas, com seus mantenedores sendo processados.

No começo da década de 90, as rádios livres do Brasil obtiveram uma grande vitória com a absolvição do jornalista Léo Tomaz, que dirigia a rádio Reversão, em São Paulo. Estava criado um precedente jurídico importante que favorecia os acusados de crime contra o Código Brasileiro de Telecomunicações. Ainda hoje, cartilhas didáticas³⁰ que explicam os processos da criação de uma rádio comunitária advertem sobre a importância de um advogado para recuperar os equipamentos que podem vir a ser apreendidos pela polícia.

Em fins de 90, o movimento amadurece e se organiza. Os termos “pirata” e “clandestina” definitivamente dão lugar ao conceito de rádio livre: rádios que vão ao ar sem pedir permissão ao governo, não lucrativas nem partidárias.³¹

Aos poucos foram surgindo rádios livres vinculadas às comunidades carentes, normalmente mantidas por movimentos sociais, culturais ou comunitários. São as rádios comunitárias. Nestas rádios, jovens encontram espaço para questionar o monopólio das comunicações, grupos produzem programas escolares e pastores falam às suas comunidades, ouvintes e locutores se fundem em um só ator social. A radiodifusão comunitária integra a comunidade local; debate seus problemas, promove a cultura, difunde informações regionais, entre outros.

Para Souza (1996) como não há regulamentação nem dados, é difícil estipular o número de rádios comunitárias em funcionamento em qualquer lugar do Brasil, hoje. Algumas possuem

³⁰ Cartilhas facilmente encontradas na Internet como a do deputado Fernando Ferro, da fundação Oboré e outras.

³¹ O manifesto, a seguir, escrito pelo deputado petista Fernando Ferro, desconsiderado o caráter panfletário do texto, ilustra uma face das discussões: “Os inimigos do movimento das rádios comunitárias sempre foram o Governo e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), entidade representante oficial dos grandes grupos, os donos da comunicação no país. À medida em que o povo se organizava e aumentava o número de rádios, a Abert atacava. A entidade chegou a patrocinar campanhas contra as rádios livres e comunitárias, taxando-as de “pirata”. Aí a população ficou sabendo que os traficantes do morro carioca usam rádio comunitária para vender droga em promoção, que as emissoras interferem no sistema de rádio da polícia, que deixam as ambulâncias piradas e, pior, derrubam avião! Basta apontar para um deles, botar um rock pesado e, pum!, o avião desaba! Ridículo, mas até a TV Globo botou isso no seu Jornal Nacional.”

licença, muitas estão em situação de clandestinidade. Por essa condição, muitos grupos de rádios livres possuem vida curta.

É difícil montar uma rádio?

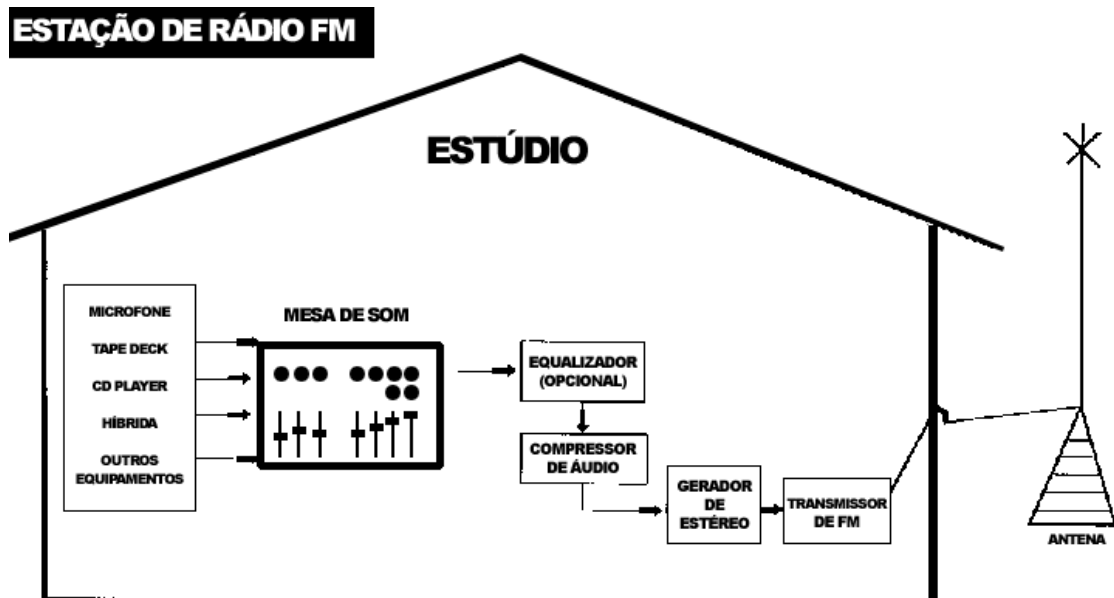
Primeiramente podemos dizer que para se montar uma rádio comunitária é preciso muita discussão. Os atores sociais envolvidos neste propósito devem expor, em encontros, os seus projetos individuais de que forma cada um possa colaborar com idéias e diretrizes na angariação do capital para a compra dos equipamentos, além de definirem o local (estúdio), considerando que os locais mais altos são melhores e que as ondas (FM) se propagam retilineamente, não contornando obstáculos.

De acordo com sítios disponibilizados na Internet, o custo total do equipamento sai, aproximadamente em torno de R\$ 3.000. O transmissor de 25 watts, que é o permitido pela lei, o gerador de estéreo, os cabos e a antena custam R\$ 2.000. A mesa de som custa R\$ 600,00 e a híbrida (que permite fazer reportagens externas por telefone) custa R\$ 230,00. Além disso, os microfones, os discos, *cds*, *mds*, fitas, um computador, uma linha telefônica podem ser comprados na própria comunidade com rifas, festas e doações de parentes e conhecidos.

O registro em ata do conteúdo das conversas e discussões no momento de constituição da rádio pode ajudar, *a posteriori*, na obtenção do alvará. Todos os atores envolvidos neste projeto devem institucionalizar-se. A fundação de um instituto com representantes legais registrado em cartório é um dos critérios mais importantes na outorga, de acordo com as normas do Ministério das Telecomunicações do Brasil. É aconselhável contar com a assessoria jurídica de um advogado.

A lei 9.612/98 estabelece uma frequência única para todo o país, mas como esta frequência ainda não foi estipulada, a frequência escolhida para transmissão pode ser qualquer uma que

não esteja sendo utilizada, que diste 0,5 MHz da frequência mais próxima e que não utilize os extremos do *dial*, que são 88 e 108 no caso das FMs (frequências moduladas). Alguns transmissores, de má-qualidade, costumam gerar sinais que aparecem em outras faixas além da determinada. É importante certificar-se que isto não ocorra.



Entendendo o esquema:

- 1) O som é gerado no *CD-player*, *tape-deck*, microfones, toca-discos, computador ou outros equipamentos .
- 2) Daí ele vai para a **mesa de som** (ou *mixer*). A mesa serve para separar ou misturar os sons gerados, permitindo, por exemplo, que você mantenha uma música de fundo enquanto fala.
- 3) O **equalizador** é opcional - ele serve para ajustar a qualidade do som.
- 4) No **gerador de estéreo** o som adquire a característica de estéreo.
- 5) E segue para o **transmissor**, onde se transforma em ondas de rádio FM, transmitindo numa frequência determinada.
- 6) As ondas são transmitidas pela **antena** e captadas por rádios FM.

Processos e discussões sobre democratização dos meios de comunicação

Quando surgiu na Unesco, nos anos 70 do século XX, um movimento reivindicatório por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, a NOMIC, as propostas, consideradas radicais para a época, eram de distribuição eqüitativa dos recursos de comunicação entre as nações e mudanças profundas nos fundamentos legais e institucionais, que hoje regem as relações internacionais de comunicação.

Esse movimento contestava o princípio basilar da atual ordem, o do livre fluxo, como fonte de injustiças, pois, sob sua aparente generosidade, em situações concretas onde convivem fortes e fracos, os fortes impunham (e ainda impõem) seus interesses. Propunha-se um novo conceito que contivesse a idéia do livre fluxo, mas justo e equilibrado. A idéia não se esgotava no plano das relações internacionais. A Unesco não queria intervir nas políticas nacionais, mas recomendava aos países que se ocupassem de democratizar seus meios antes de esperar uma improvável democratização mundial. (AMORIM in GOMES & PIVA, 1988, p. 16-37)

Nesta época, o Brasil se encontrava sob regime autoritário. Quem decidia as coisas era o poder executivo alinhado com setores do empresariado, articulados com interesses estrangeiros. Estas alianças constituíram o modelo de comunicação ainda vigente no país. As tensões sempre estiveram presentes.

O golpe de 64, por exemplo, é emblemático para evidenciá-las. Se, em um primeiro momento, a mídia aderiu ao novo regime, tão logo se sentiu ameaçada pela censura, entrou em desacordo com o governo. O governo brasileiro é bastante ambíguo em relação à democratização de seus meios de comunicação. Está sempre dividido entre os interesses da sociedade civil, dos setores

empresariais e dos políticos, sendo estes dois últimos grupos, geralmente, os principais favorecidos nas práticas governamentais.

O processo de reinstalação de eleições diretas no país, que só se efetivou em 1990, com o resultado da vitória de Fernando Collor de Mello (PRN) apenas representou uma eleição aparentemente democrática; quem continuou a comandar a política foram os mesmos atores sociais do antigo regime. Eles ocuparam posições no aparelho do Estado e da administração pública. Um exemplo disso foi quando, em período diretamente anterior às eleições diretas, Antônio Carlos Magalhães foi nomeado ministro das Telecomunicações do governo de Tancredo Neves. Enquanto a população clamava por mudanças, Tancredo apenas respondeu: “O ministro será ele, o presidente serei eu”, tentando maquiar uma situação explícita.

Morre Tancredo, assume Sarney e Antônio Carlos Magalhães, em total parceria com o então proprietário da Rede Globo, Roberto Marinho (falecido em 2003). Sarney consolida uma política de retrocesso no que tange ao processo democrático em seu ministério: restabelece a censura, coibindo programas na Radiobrás que criticassem o governo, até mesmo entrevistas com estudantes ou políticos como ocorreu com Leonel Brizola na TV Nacional e inicia um verdadeiro leilão de concessões televisivas e radiofônicas.

As irregularidades nas concessões datam do período da ditadura. No entanto, tão logo se iniciou a “redemocratização”, comissões foram criadas para investigar denúncias de irregularidades no governo de Figueredo. Detalhe: os membros destas comissões eram justamente as mesmas pessoas que haviam sido responsáveis pelas concessões. Resultado: nenhuma irregularidade foi encontrada nos processos.

O ministério continuou a pautar sua conduta de concessões pelos critérios do passado: troca de favores e interesses financeiros. A prova disso foram as inúmeras concessões cedidas a correligionários, parentes e fortes grupos econômicos. Com isto, concluímos que o projeto de redemocratização dos meios de comunicação por vias oficiais naufragou na história mais recente do país.

A importância do meio rádio no campo

O rádio foi o primeiro veículo de massa do país. Na década de 30 do século passado, se constituía como elemento de formação cultural e ideológica nas grandes cidades brasileiras. A partir de década de 40, com a ascensão do trabalhismo (Getulismo) e os acordos de produção de aparelhos com a General Electric o veículo se populariza, inclusive no campo. (PEROSA, 1995) De acordo com dados IBGE, o rádio é o 2º eletrodoméstico mais presente nos lares brasileiros, ficando atrás apenas do fogão.³² O rádio é popular, mas a participação dos ouvintes no rádio não é tão popular assim.

Em uma rádio analisada por Peruzzo (ob. cit., p.205;209), a Rádio Enriquillo da República Dominicana, que passou a funcionar em fevereiro de 1977, a preocupação dos organizadores em “dar voz a quem não tem voz” fez com que vários membros da comunidade fossem convidados a ir à rádio contar quem eram, quantos anos tinham, se tinham filhos, como se chamavam os filhos, entre outras questões para que as pessoas percebessem que podiam falar no rádio. Até os mais tímidos se animavam e participavam.

Esta experiência é particularmente rica pois possibilita o entrosamento entre indivíduo e técnica. Esse relacionamento não é, *a priori*, harmonioso e espontâneo. De forma semelhante, o

³² www.ibge.com.br

ensaísta alemão Bertold Brecht introduziu, em uma peça de teatro, a utilização do rádio pelo público, fazendo com que o público participasse da peça como um ator, em 1929. De forma análoga, a Rádio Enriquillo encontrou um modo, ainda mais pragmático de estabelecer um elo inicial entre a comunidade e o aparato (rádio).

Rompido o tabu do primeiro contato, os atores sociais se sentem mais à vontade para participar, construir e reconstruir novas maneiras de se expressar, como podemos notar nestas experiências de rádios comunitárias ligadas ao MST.

Outras rádios do MST

A respeito de rádios comunitárias do MST e rádios rurais que incluem participações do movimento em sua programação foram realizados alguns trabalhos, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul³³, nos últimos anos.

Em Santa Catarina, a Rádio Terra Livre 99.9 FM do assentamento 25 de maio, situada no município de Abelardo Luz foi tema de uma monografia de conclusão de curso de Jornalismo da Univali, em 1999³⁴. Esta rádio esteve fechada no ano de 2003, de acordo com dirigentes do MST. O autor, Adenilson Teles dos Santos, sintetiza em seu texto a estrutura da rádio pesquisada:

Se não fossem os equipamentos, os fios e a antena de quase 30 metros de altura, jamais alguém poderia imaginar que naquela casinha simples, rústica, mas aconchegante, funciona a rádio do Movimento dos Sem Terra... Isso mostra que uma rádio comunitária não precisa de instrumentos modernos, estúdios sofisticados ou outras frescuras mais. Basta organização, participação da comunidade e vontade para comunicar. (SANTOS, 1999, p.5)

³³ Considerados Estados emblemáticos para o estudo do MST. Conf. CATTANI in SANTOS (2002, 196)

Entre os sinais que indicavam a participação da comunidade no processo de comunicação da Terra Livre FM estavam: cartinhas e recados, pessoas do assentamento entrevistando visitantes e falando dos eventos locais, os programas educativos sobre saúde, religião, agricultura e política apresentados por assentados, técnicos agrícolas, professores, padres ou pastores, a enfermeira do posto de saúde, representantes do INCRA ou lideranças comunitárias da região ou das proximidades. Muitos assentados sequer possuíam televisores e tampouco sabiam ler, o que reforçava a centralidade da rádio enquanto agente de comunicação local.

Segundo entrevistas, a rádio “tinha o apoio e a audiência de todos os moradores”. Isto se confirmava quando surgia a necessidade de enviar um recado. As pessoas não pagavam nada e tinham certeza de que seu recado chegaria aos ouvidos do receptor. A rádio é mantida pela cooperativa local e pelo MST.

A Terra Livre FM não sofria repressões da polícia e só havia saído do ar duas vezes por problemas técnicos (até 1999, ano da pesquisa), mas era atacada nas emissoras tradicionais e mal vista pelas oligarquias locais como podemos verificar nos seguintes trechos:

Por falar a linguagem da comunidade, ser feita pela comunidade e ter programação voltada aos interesses da comunidade, a Rádio Terra Livre é líder absoluta de audiência no município e na região... a rádio não provoca o prefeito, mas sempre que a comunidade tem algo a reivindicar, os microfones estão abertos. Em represália contra a atuação da emissora, a região dos assentamentos está completamente abandonada pela prefeitura. (ibidem, p.15-16)

“... [a rádio]...é um importante instrumento de formação e conscientização de trabalhadores, mulheres, jovens e crianças dos assentamentos. Os programas, mesmo os musicais, não deixam de falar de luta pela terra, justiça social, cidadania, dignidade, participação popular, igualdade, democracia, solidariedade, liberdade de expressão...”(ibidem, p.8).

A Terra Livre gaúcha

Uma outra rádio do MST, também chamada Terra Livre foi objeto de estudo da jornalista Mariângela Storniolo Torrescasana. A pesquisa foi feita no interior do município de Hulha Negra, há 398 quilômetros de Porto Alegre (RS), onde estão assentadas mais de 700 famílias, onde – segundo a autora - está instalada a primeira rádio do MST, um projeto de comunicação horizontal piloto e que serve de referência no resto do país. A situação do assentamento é bastante precária, como descreve a autora:

Jogados à sua própria sorte, graças a um projeto de Reforma Agrária que não prevê sustentação econômica e social, essas 700 famílias enfrentam até hoje uma série de dificuldades como a de morar em uma área de terra, circundada por grandes extensões de campos, quase sem acesso devido a precariedade da única estrada que leva até lá. Em determinadas épocas do ano, quando o período de chuvas é mais intenso, os locais dos assentamentos assemelham-se a uma "ilha", cuja definição seria a de uma porção de terra cercada por enormes extensões de terra, sem possibilidades de entrar ou de sair. Mas para quem já conviveu com a fome, com todo o tipo de diversidade, o fato de morar em uma "ilha" não assusta e muito menos impede de avançar na luta pela cidadania, principalmente porque gerenciam seus problemas, necessidades e conquistas numa perspectiva comunitária. (TORRESCANA, 1999,?)

Para Torrescasana, o deslocamento, “a vinda de uma população para um local, onde a lógica do desenvolvimento e das relações sociais e culturais eram diferentes, fez com que crescesse a idéia da criação de um instrumento que rompesse os paradigmas ideológicos, as barreiras no sentido do desenvolvimento da pequena propriedade, da industrialização, do controle social das estruturas públicas, da desmistificação da imagem que existe sobre a figura dos colonos e da divisão do poder.”

A comunidade do assentamento Conquista da Fronteira³⁵ criou a rádio comunitária Terra Livre em 25 de outubro de 1997. Seus objetivos eram: encurtar distâncias; prestar serviços de

³⁵ O assentamento referido, Conquista da Fronteira, situa-se no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina há um assentamento homônimo.

utilidade pública; servir como meio para elevação educacional e cultural da população; oferecer espaços para melhorar as condições de saúde; ampliar os conhecimentos no setor agrícola; divulgar fatos de interesse da comunidade local; ser uma fonte de lazer e entretenimento; e servir como elemento aglutinador entre os jovens. A infra-estrutura advém de doações:

Por ser uma rádio com características comunitárias, portanto não-comercial e, conseqüentemente, com poucos recursos financeiros, ela foi aos poucos sendo equipada por meio de doações da comunidade e de entidades sociais, culturais e privadas. Possui uma mesa de áudio de seis canais, dois aparelhos de CDs, dois *decks* para fita cassete, dois microfones, um transmissor de 25 watts e uma antena de trinta metros de altura. É de frequência modulada e pode ser sintonizada, no dial, em 94.1 MHz. Sua área de abrangência é de cerca de 25 quilômetros, atingindo quase a totalidade dos assentamentos, cujas distâncias entre si, variam de seis a 30 quilômetros. (id.)

A Terra Livre gaúcha têm como pano de fundo a Educação. Todos os programas utilizam estratégias pedagógicas, com o intuito de esclarecer os mais diversos assuntos, em especial, os assuntos agrícolas. Isto não significa que os radialistas sejam qualificados. A programação começa às 6hs e vai até às 22hs, totalizando 16 horas diárias. As músicas são o principal atrativo e geralmente falam da vida do campo, da luta pela terra, privilegiando a música tradicionalista gaúcha e sertaneja; as notícias e comunicados são de interesse exclusivo da comunidade dos assentamentos e divulgam as ações do MST. A respeito da interação rádio X comunidade, a autora coloca:

O envolvimento da comunidade com a rádio não fica restrito apenas à sua fidelidade enquanto ouvinte. Ela interfere na programação, definindo suas prioridades, o que necessita saber, o que lhe é mais útil. Por meio de seus representantes, nas reuniões de avaliação do desempenho do veículo, ela rejeita ou aprova o que está indo ao ar e apresenta sugestões, tendo sempre o cuidado de que essas sugestões contemplem, senão a totalidade, pelo menos a grande maioria. Por carecer de uma estrutura comunicacional eficiente e estar situada em local de distâncias consideráveis, a comunidade apropria-se da rádio, utilizando-a como instrumento de comunicação de troca, mas comunicação no sentido amplo. Muitas vezes, ela assume funções/papéis do correio, do médico, do professor, do membro da família. A comunicação estabelece-se de forma horizontal e, de certa forma, virtual. O médico, a família, o vizinho não estão ali presentificados e, ao mesmo tempo, estão. (id.)

Os problemas com a polícia/governo também fazem parte da história da rádio. Por duas vezes, a Terra Livre foi vítima de "tentativas de frear os experimentos comunitários. Na primeira vez, logo após a inauguração, os equipamentos foram lacrados pela polícia por dois meses. Na segunda vez, os equipamentos foram apreendidos e os locutores, presos. Quando esta dissertação foi defendida, em 1999 a rádio estava fechada e assim permanece até hoje.³⁶

A rádio Peperi

Outra rádio que foi objeto de pesquisa de comunicadores no Estado de Santa Catarina é a Rádio Peperi AM (São Miguel do Oeste). Esta emissora, mesmo funcionando como uma rádio tradicional, abrange uma região de assentamentos rurais no extremo-oeste de Santa Catarina e contempla integrantes do MST com sua programação bem regional e voltada à comunidade.

Stertz (2002, p. 185) defende o rádio como mais "democratizante" que a televisão "pois está mais próximo do pequeno, dos menos favorecidos do que as emissoras de TV e lhes acena e lhes permite, em muitas ocasiões, a participação". A autora acredita que a integração com o espaço regional é bastante forte, especialmente no meio rural. O rádio pode ser carregado para a roça, acompanha os assentados desde o momento da ordenha das vacas quando o dia mal começou até o último chimarrão na varanda.

Segundo Stertz, no Assentamento 26 de Outubro, uma série de pesquisas confirma a onipresença do rádio em falas como a do casal de assentados Valentim e Eronita Lisak: "Uma das primeiras coisas que fazemos de manhã é ligar o rádio".(ob. cit., p.187).

³⁶ Em 21 de outubro de 2003, a coordenadora nacional da secretaria de comunicação do MST nos informou, por email, que a rádio Terra Livre continuava fechada, que as únicas rádios do MST em funcionamento, na ocasião, estavam situadas no estado do Paraná.

No dia-a-dia rural, os ditos “horários nobre” não são os mesmos da cidade, uma vez que, no campo, as pessoas dormem e acordam mais cedo. Os programas com maior audiência na rádio Peperi são os que passam na hora do almoço, mais propriamente das 11h45min às 14h, nas primeiras horas da manhã, das 5h às 7h, e no entardecer das 18h às 20h.

No horário das 11h45min às 12h a rádio apresenta um programa com entrevistas ao vivo de pessoas que exercem funções na sociedade civil ou política. Os assuntos costumam ser, em geral, da comunidade; fala-se sobre acontecimentos locais, regionais ou estaduais. Notícias mais gerais são dadas do meio-dia até às 12h35min no Globo em Foco, noticiário com notícias internacionais, nacionais e regionais. Das 12h40min às 13h acontece o programa esportivo “Show de bola”. Na seqüência, o “Comunicação” divulga recados e informações de utilidade pública por 15 minutos. Então o “Momento INSS” traz mais 15 minutos de informações do INSS e da Previdência Social e das 13h45min às 15h30min os sem-terra são contemplados com o “Canta Brasil”, programa musical variado, com a participação dos ouvintes, informação de hora certa, temperatura e notícias pela unidade móvel e via Internet. Cabe ressaltar que a Peperi não é uma rádio comunitária do MST, mas uma rádio tradicional que funciona em uma região de assentamentos. Foi citada neste trabalho apenas para salientar a importância do rádio nas áreas rurais, em especial, nas regiões onde há penúria, tais como os assentamentos.

3 TEORIAS SOBRE COMUNICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

No campo das discussões teóricas a respeito de comunicação, esta pressupõe a existência de, no mínimo, um emissor e um receptor. O emissor utiliza um meio para transmitir determinada idéia para o receptor. Ao receptor cabe ouvir, assistir, ler e apreender alguma informação. Assim se caracteriza uma comunicação unilateral. Para que haja bilateralidade no fluxo informativo, o receptor deve interagir com o emissor, tornando-se assim um novo emissor e o agente de uma comunicação equilibrada.

Esta transformação do receptor em emissor passa por um processo que envolve a conscientização do receptor de que ele também possui capacidade de comunicar. A comunicação bilateral em pouco se aproxima da planejada e elaborada comunicação unilateral, em especial ao que se convencionou chamar de comunicação de massa.

Comunicação de massa (ou para massas) é a comunicação tradicional baseada na figura de um emissor - geralmente associado ao governo ou a empresas privadas - e muitos receptores. Esta comunicação se propõe a algum fim, como à informação e à propaganda. Os estudos a respeito da comunicação de massa começaram em 1927 quando o cientista político Harold Lasswell³⁷ lança "*Propaganda Techniques in the World War*". Neste livro o autor analisa a importância dos meios de difusão (como o telégrafo, o telefone e, posteriormente o rádio e o cinema) no que chamou de "gestão das opiniões".

A propaganda constitui o único meio de suscitar a adesão das massas; além disso, é mais econômica que a violência, a corrupção e outras técnicas de governo desse gênero. Pode ser usada tanto para bons como para maus fins. Essa visão instrumental consagra uma representação da onipotência da mídia, considerada ferramenta de 'circulação eficaz dos símbolos'. A audiência é visada como alvo amorfo que obedece cegamente ao esquema estímulo-resposta. (MATTELART, 1999, p. 97).

³⁷ Autor de *Propaganda Techniques in the World War* (1927), *World Politics and Personal Security* (1935), *The Structure and Function of Communication in Society* (1948) e *The Future of Political Science* (1963).

Além de Lasswell, autores como o russo Serge Tchakshotine³⁸ produzem, na véspera da Segunda Guerra Mundial, obras que contribuem para reforçar as imagens de toda-poderosa da mídia e da propaganda. Tchakshotine escreveu em 1939, tempo que estava morando na França, um livro com título bastante sugestivo, “A violação das massas pela propaganda política”.

A sociologia funcionalista da mídia

Laswell segue suas pesquisas tendo como objeto de estudo a ação das mensagens na sociedade no caso da reeleição do presidente Roosevelt em 1936 e das estratégias de propaganda das potências do Eixo³⁹ e da União Soviética. Em 1948, cria as bases metodológicas para uma sociologia funcionalista da mídia⁴⁰ e utilizando a célebre frase: *Quem diz o quê por que canal e com que efeito?* o cientista delimita campos de pesquisa que se traduzem em: análise do controle, análise do conteúdo, análise das mídias ou dos suportes, análise da audiência e análise dos efeitos.

Estas análises, em especial a dos efeitos e a do conteúdo permitiram o desenvolvimento de técnicas que possibilitam a “descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações” (BERELSON⁴¹ apud MATTELART, 1999, p. 40) de tal forma que possibilite visualizar e mesurar as transformações que se operam nos conhecimentos, comportamentos, nas atitudes, emoções, opiniões e atos dos receptores. Estas pesquisas são utilizadas para avaliar os resultados de campanhas governamentais ou publicitárias.

³⁸ TCHAKHOTINE, S. *Le Viol des foules par la propaganda politique* (1939). Paris: Gallimard, 1952.

³⁹ Aliança formada pela Alemanha, Itália e Japão na Segunda Guerra Mundial (1942-1945). O eixo foi vencido pelas potências Aliadas (Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética e França).

⁴⁰ Nesta análise os meios de comunicação são vistos como mecanismos de ajuste da sociedade e que as inovações técnicas fortalecem a democracia. (MATTELART, 1999, p. 73)

⁴¹ Conferir B. Berelson, “Content Analysis in Communication Research”, Free Press, New York, 1952.

Uma gama de interpretações e funções é atribuída aos resultados de tais pesquisas. Segundo Laswell, a mídia possui as funções de vigilância, estabelecimento de relações e transmissão de herança cultural. Os sociólogos funcionalistas Paul Lazarsfeld e Robert Merton creditam à comunicação também o papel de entretenimento. Na análise sistemática de Merton, as funções evitam que as disfunções e as funções latentes da sociedade desequilibrem a sociedade, num processo chamado anomia.

Somente nos anos 40 e 50 há uma quebra no paradigma lasswelliano do efeito direto e indiferenciado da comunicação na sociologia funcionalista da mídia. Pesquisas eleitorais desenvolvidas por Lazarsfeld e colegas revelam que havia, ao menos, dois grupos de receptores; os relativamente bem informados e formadores de opinião e outros mais desinformados e facilmente influenciáveis. Esta descoberta é muito interessante à propaganda. A partir daí, o primeiro grupo, mais crítico, passa a ser o alvo das novas campanhas publicitárias. (MATTELART, loc. cit., p. 47-51).

Técnicas de persuasão são criadas e aperfeiçoadas a todo instante na busca de “um verdadeiro catálogo de receitas para uso do bom persuasor e da mensagem persuasiva eficaz, ou seja, capaz de alterar o funcionamento psicológico do indivíduo e de levá-lo a realizar atos desejados pelo emissor de mensagens”. (ibidem, p.54)

Segundo Ramonet⁴² (2002, p. 14-15), “O século XX, com a multiplicação dos meios de comunicação elétricos (cinema e rádio), eletrônicos (televisão) e digitais, viu não só a explosão da publicidade, mas também a sua sofisticação. A ambição de manipular mentes em seus

⁴² Ignácio Ramonet é diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e esta citação se refere à conferência “Um delicioso despotismo” realizada no Teatro Karl Marx, em Havana (Cuba) em 2002.

próprios lares foi quase transformada em ciência”.⁴³ O autor diz que nos países desenvolvidos, estima-se que cada pessoa seja “metralhada” por mais de 2.500 impactos publicitários por dia.

A publicidade promete sempre o mesmo: o bem-estar, o conforto, a eficácia, a felicidade e o êxito. Tenta com uma promessa de *satisfação*. Vende o sonho, propõe atalhos simbólicos para que se obtenha uma ascensão social rápida. Fabrica desejos e apresenta um mundo em férias perpétuas, relaxado, sorridente e despreocupado, povoado de personagens felizes e que possuem, finalmente, o produto milagrosos que lhes fará bonitos, limpos, livres, são, desejados, modernos... A publicidade vende de tudo a todos indiscriminadamente, como se a sociedade de classes fosse uma sociedade sem classes⁴⁴

Este autor afirma, em coletânea de artigos sobre as “propagandas silenciosas” produzido na mesma data (2002, p.1), que as imagens dos meios audiovisuais de difusão massiva são máquinas insistentes para que floresçam e triunfem, estúpidos e soberbos, os estereótipos. Para ele, a angústia que estas imagens suscitam nasce de sua própria abundância, de seu caráter veemente de mercadorias, multiplicadas *ad nauseum* pelas indústrias culturais contra as quais nos mantemos em guarda desde a década de 1930, graças às advertências de Bertold Brecht e dos pensadores da escola de Frankfurt como Theodor Adorno, Walter Benjamin ou Herbert Marcuse.

Contrariando a sociologia funcionalista da mídia que concebe os meios de comunicação como “ferramentas” da democracia e mecanismos decisivos de regulação da sociedade, os pensadores da Escola de Frankfurt formulam teorias que desnudam os meios de comunicação,

⁴³“ *El siglo XX, con la multiplicación de los medios de comunicación eléctricos (cine, radio), electrónicos (televisión) y digitales, vió no solo la explosión de la publicidad sino también su sofisticación. La ambición de manipular las mentes, desde su próprio hogar, se elevó casi a nivel de ciencia.*”

⁴⁴ *La publicidad promete siempre lo mismo: el bienestar, el confort, la eficacia, la felicidad y el êxito. Tienta con una promesa de satisfacción. Vende el sueño, propone atajos simbólicos para lograr un rápido ascenso social. Fabrica deseos y presenta un mundo en perpetuas vacaciones, relajado, sonriente y despreocupado, poblado de personajes felices y que poseen, finalmente, el producto milagroso que los hará bellos, limpios, libres, sanos, deseados, modernos... La publicidad vende de todo a todos indistintamente, como si la sociedad de masas fuera una sociedad sin clases.*

tornando-os “suspeitos de violência simbólica, e (...) encarados como meios de poder e dominação.” (MATTELART, op. cit., p. 73)

A escola de Frankfurt e a “indústria cultural”

O Instituto de Pesquisa Social associado à Universidade de Frankfurt foi fundado em 1924 por intelectuais judeus, entre eles o filósofo Max Horkheimer e o economista Friedrich Pollock. Na época, foi considerada a primeira instituição alemã de pesquisa de orientação marxista⁴⁵. Quando Hitler toma o poder, Horkheimer, Leo Löwenthal e Theodor W. Adorno são destituídos do Instituto por serem judeus e exilados na Universidade Columbia, nos Estados Unidos.

Durante o exílio, dissidências com pesquisadores empiristas como Lazarsfeld criam sentimentos de profunda incompatibilidade de natureza epistemológica entre Horkheimer, Adorno e os pesquisadores norte-americanos.

A necessidade de se limitar a dados seguros e certos, a tendência a desacreditar toda a pesquisa sobre a essência dos fenômenos como ‘metafísica’, corre o risco de obrigar a pesquisa social empírica a se restringir ao não-essencial, em nome do que não pode constituir objeto de controvérsia. Com excessiva freqüência, a pesquisa se vê impondo seus objetos pelos métodos que dispõe, quando seria preciso adaptar os métodos ao objeto. (HORKHEIMER⁴⁶ apud MATTELART, op. cit., p. 76)

Na década de 40 do século XX, Adorno e Horkheimer criam o termo “indústria cultural”⁴⁷ baseado em análises da produção dos bens culturais como movimento global da produção industrial dos bens culturais como mercadorias. Adorno há tempos andava desapontado com os

⁴⁵ E considerada também a primeira instituição marxista a salvar a vida de seus pesquisadores, incentivando o exílio.

⁴⁶ Conferir ADORNO, T. Scientific Experiences of a European Scholar in America, In: FLEMING, D. E BAYLIN, B. (orgs). The Intellectual Migration: Europe and America 1930-1960, Harvard University Press/Belknap, Cambridge, Mass, 1969.

⁴⁷ Esse conceito foi utilizado pela primeira vez por dois filósofos alemães, Theodor W. ADORNO e Max HORKHEIMER, em 1947, na obra Dialética do Iluminismo.

rumos que as artes estavam tomando - em especial a música - com a racionalidade técnica e a evolução tecnológica associada às políticas econômicas.

A tradução da cultura em valor, mercadoria de rentabilidade econômica e controle social suprime a crítica cultural e sua essência filosófico-existencial para os frankfurtianos. Outro membro da escola, Walter Benjamin, dez anos antes de Adorno e Horkheimer já escrevera sobre a reprodutibilidade técnica e sobre artes que só se realizavam no momento da reprodução, como o cinema, o que fragiliza a argumentação de seus colegas sobre a “cultura de massa”.

Acusados de nostálgicos ao preconizar uma decadência cultural no ocidente, em especial nos Estados Unidos⁴⁸, os frankfurtianos foram desistoricizados por alguns críticos e ou admiradores de suas teorias. Falar em Escola de Frankfurt pode soar como uma abstração, uma vez que seus formadores não construíram uma teoria única, apenas mantiveram certa coerência teórica em virtude, inclusive, de vivenciarem experiências semelhantes.

Na época do exílio dos frankfurtianos nos Estados Unidos, o ministro da propaganda do governo nazista alemão, Goebels, utilizava as novas formas de comunicação, entre elas principalmente o rádio e o cinema, para conquistar o poder. Hitler, em 1933, delineou claramente a importância do rádio em sua política totalitarista, apostando e confiando na eficácia deste meio. Adorno e Horkheimer viveram isto e conheceram na Alemanha a propaganda nazista e a comunicação controlada pelo Estado. Quando chegaram nos Estados

⁴⁸ Para Marcuse, também filósofo alemão ligado a esse grupo e que morreu nos Estados Unidos na década de 70, a sociedade de massa contemporânea é uma nova forma de totalitarismo, só que muito mais perigosa, porque este totalitarismo não é percebido como tal. Enquanto o nazismo e o fascismo são identificados como formas totalitárias de governo, a sociedade americana não pode ser identificada como uma sociedade totalitária, porque não existe a consciência da denominação, ou melhor, essa denominação é agradável. Para esses autores, a sociedade de massa é também uma sociedade totalitária, porque os dominados não percebem até onde vai essa dominação. (Conf. MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man*. Beacon Press: Boston, 1964.)

Unidos se surpreenderam com o modelo americano, da propaganda das empresas, das indústrias e do comércio. Barbero (1997, p.65) assim apresenta a questão: “O conceito de *indústria cultural* nasce em um texto de Horkheimer e Adorno publicado em 1947, e o que contextualizou a escritura desse texto é tanto a América do Norte da democracia de massas como a Alemanha nazi. Ali se busca pensar a dialética histórica que, partindo da razão ilustrada, desemboca na irracionalidade que articula totalitarismo político e massificação cultural como as duas faces de uma mesma dinâmica.”

O resultado desse duplo desapontamento com as possibilidades e o desenvolvimento dos meios de comunicação se reflete em suas críticas, no pessimismo frankfurtiano com relação ao material produzido pela indústria da comunicação e com desenvolvimento tecnológico. Com isto, desconsideram uma característica inerente à comunicação: seu potencial de mobilização não para o totalitarismo nem para o consumo, mas sim para libertar, emancipar e desenvolver.

Outro viés interpretativo das comunicações foi desenvolvido por Jesús-Martín Barbero. Na contra-mão dos estudos tecnocráticos está o seu pensamento: a compreensão da comunicação no marco do processo das culturas. Neste processo encontramos a comunicação popular representando o trabalho comunicativo no meio social, ou seja, a comunicação sendo pensada e definida dentro de horizontes específicos, das comunidades.

As comunidades possuem símbolos próprios que caracterizam e conduzem sua comunicação. O modo de trabalhar, de se relacionar, seu engajamento social, a solidariedade com o grupo e as subjetividades dos atores sociais estão presentes na sua comunicação. (BARBERO, 1997, p. 80-89)

Na perspectiva de Barbero o cotidiano - intercalado por inúmeros planos que envolvem desejos, inconsciente, prazeres e também a materialidade – é o berço da construção de mediações culturais, que atribuem significados à comunicação. Desta maneira, depende-se que tanto emissores produzem comunicação mediada pelo seu cotidiano, quanto receptores decodificam as mensagens de acordo com o seu cotidiano.

Diferentemente dos funcionalistas e ainda dos frankfurtianos, Barbero não concebe a receptividade passiva e desconstrói a uniformidade na leitura das mensagens. Cada mensagem é lida de acordo com os valores culturais de cada receptor, logo, não há, segundo ele, um emissor que detenha o monopólio da decodificação das mensagens.

EMANCIPAÇÃO SOCIAL

O termo emancipar deriva de *emancipare* [latim], de *ex* (fora de, não mais) e de *mancipium* (escravo, indivíduo dependente) e significa, no direito romano, libertação legal ou alforria. No período anterior à Revolução Francesa (1789) o termo só era utilizado em situações individuais. Não havia, naquela época uma racionalidade que questionasse de maneira coletiva as diferentes formas de dominação como sugere Cattani (2003, p. 130): “Com a Modernidade, os indivíduos passam a se confrontar com a verdade dos seus atos: a sociedade não é mais definida por forças transcendentais, mas pela conjugação de processos humanos na sua relação com a natureza, com as necessidades de reprodução material e com o processo de criação histórica.”

Libertar-se, emancipar-se, tornar-se autônomo. O conceito emancipação social traz em si um misto de idealismos e utopias bem como de referências históricas, políticas e bibliográficas de experiências ora bem sucedidas, ora mal sucedidas. Compreendendo que a emancipação é social, ou seja, realizada pelo homem na sociedade, neste sentido, toda emancipação pressupõe atos políticos. A emancipação não é metafísica, ela é material, é o produto de lutas sociais. Segundo Cattani (id.): “O conceito designa o processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais.”

Para este autor, emancipar-se possui os seguintes significados:

- livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito;

- aceder à maioria de consciência; entendendo-se por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais. (id.)

Cattani enfatiza que uma sociedade é emancipada quando:

- é livre;
- suas leis não são impostas por processos repressivos, tutelares ou paternalísticos;
- é autônoma;
- não obedece a regramentos subjetivos, adventícios ou arbitrários;
- a lei maior é o bem comum, objetivo e universalizante;
- seus indivíduos possuem o máximo de liberdade, mas pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações, enfim, pelo processo civilizatório, que garante a expressão respeitosa da diferença e da liberdade do outro.

A galvanização de força em torno de projetos de ruptura com o presente instrumentaliza-se com o progresso e o desenvolvimento tecnológico que surgem na Modernidade. O capitalismo foi um projeto econômico e político conduzido pelas novas elites da época – burgueses empreendedores e conquistadores, déspotas esclarecidos e jacobinos voluntariosos. Surgem propostas que apontam para sociedades libertas e fraternas, nas quais não haveria mais a mutilação das lutas de classes nem ditaduras burocratizantes.

Para Mészáros⁴⁹ (2002) a emancipação social passa pela abolição do trabalho, do Estado e da política. O filósofo húngaro István Mészáros é um dos grandes nomes contemporâneos na

⁴⁹ Professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra. Antes da compilação de três décadas de trabalho intensivo, sua obra maior “Para além do capital” (2002), Mészáros já havia publicado obras de grande projeção intelectual, dentre as quais podemos destacar “A teoria marxista da alienação” (1970), “Filosofia, ideologia e ciências sociais” (1986) e “O poder da ideologia” (1989), entre outros.

construção teórica do marxismo ontológico⁵⁰. Discípulo de Georg Lukács, tem dado continuidade às suas idéias tendo sempre o cuidado de repensar a doutrina marxiana à luz do grau de desenvolvimento que atingiram as sociedades nos últimos dois séculos. O liberalismo econômico, a política e a indústria voltada à destruição são alguns de seus alvos.

Mészáros insiste na possibilidade de superação da atual ordem capitalista para outra qualitativamente superior. Esta questão é antiga; foi central em discussões de socialistas utópicos como Fourier, Saint-Simon ou Proudhon; tornou-se uma linha filosófica, política, econômica e social a partir de Marx e Engels, esteve a caminho de se concretizar plenamente com Lênin e Stálin; foi muitas vezes reformulada e assumiu diversos direcionamentos com Rosa Luxemburgo, Althusser, Gramsci, Kautsky, Trotski, Lukács, entre muitos outros.

O rol das teorias socialistas, marxianas e marxistas a respeito de uma “sociedade emancipada”, ganha uma imensa colaboração de Mészáros, na medida em que ele realiza uma densa reflexão sobre o caráter destrutivo do capital na lógica de seu sociometabolismo contemporâneo e desenha novas formas de organização a-políticas⁵¹ que, em seus pressupostos, eliminariam o processo de dominação de classes.

⁵⁰ O marxismo ontológico é representado pela vertente Korsch, Gramsci, Lukács. (sic). Mantendo o materialismo (que neles se expressa pelo reconhecimento da antecedência do ser sobre a consciência, do predomínio da reprodução material na totalidade social), buscam resgatar a obra marxiana enquanto momento de constituição de “uma nova visão de mundo”. (LESSA, 1993, p.23)

⁵¹ No Brasil, esta visão a-política nos remete aos pequenos grupos de autogestão presentes em movimentos sociais que lutam contra a hegemonia do capital. Um exemplo disso são as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A respeito dessa novas formas organizacionais conferir “O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuária do MST”. Esta dissertação de mestrado, de autoria de Raquel Sizanowski, foi defendida na Ufsc, em 1998 e expõe algumas experiências de cooperativas que agem sob uma lógica “socialista”, mas que ainda que precisam vender seus produtos no mercado, pelos métodos capitalistas normais e conseguem (muitas vezes, a duras penas) produzir e viver de forma coletiva. A pesquisa nos mostra que a sociabilidade dos bens da cooperativa, da produção e das moradias resulta em melhores condições de vida e maior poder econômico da cooperativa em relação aos métodos individuais de produção.

Para entendermos do que Mészáros está falando é importante compreender algumas categoriais utilizadas. Ele constrói sua análise, com base em pelo menos três principais categorias, cuja existência perpetua o anacronismo do capital: o trabalho, o Estado e a sociedade civil. O trabalho é visto a forma pela qual uma classe explora e domina a outra. O Estado, como agente regulador de determinada ordem social, *locus* da política e ainda instrumento da sociedade civil. A sociedade civil representa, para Mészáros, uma estrutura dominante de interesses burgueses.

Segundo este autor o objetivo final de Marx, a sociedade sem reificação, encontrou na teoria liberal o seu mais ferrenho antagonista até os dias atuais. Afinal, segundo ele, o horizonte liberal/burguês limita as tentativas de destruição do fetichismo da mercadoria, de uma edificação intelectual e faz do socialismo uma utopia impotente.

À medida que perpetua a submissão da classe trabalhadora à tutela da burguesia, o liberalismo garante sua continuidade, em um processo a-histórico e anti-histórico (*plus ça change, plus c'est la même chose*). Isto se torna visível a cada novo desenvolvimento do capital. Um bom exemplo é a produção em massa e o processo crescente da incorporação do trabalhador como consumidor, desde a qual, na luta entre capital e trabalho, o primeiro se fortalece ao explorar o trabalhador tanto como força de trabalho quanto como consumidor. Este fortalecimento consolida o domínio interno do capital e também sua conquista global. Os avanços tecnológicos e políticas unilaterais possibilitam a expansão ilimitada.

A esse respeito, o cientista político e economista Giovanni Arrighi diz que: “a acumulação capitalista do século XX começou a ir longe demais”. (ARRIGHI, 1997, p.45). As multinacionais são uma ilustração deste processo imperialista. Mas existem limites para esta expansão como mostram alguns historiadores.

Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, “os seres humanos não foram projetados para um sistema capitalista de produção” (1995, p.404). Segundo este autor a produtividade e o desempenho das máquinas podem evoluir sempre, e seu custo, em consequência de avanços tecnológicos, diminuir sempre. O mesmo não é verdade com relação ao trabalho humano: “...o custo do trabalho humano não pode, por nenhum período de tempo, ser reduzido abaixo do custo necessário para manter seres humanos vivos num nível mínimo aceitável como tal em sua sociedade, ou na verdade em qualquer nível”. (HOBBSAWM, 1995, p. 404)

Esta discussão sobre o domínio e a destruição da natureza nos remete a uma importante questão: Os limites do capital coincidem com os limites da existência humana? De acordo com a teoria liberal a resposta é positiva: enquanto ambos puderem ser administrados. Já a teoria marxista nos apresenta um panorama mais otimista; estes limites podem não coincidir, mas para isto se faz necessário uma reorientação e reestruturação da produção do capital.⁵²

Enquanto existir uma hegemonia no complexo industrial e militar da produção mundial voltada para a destrutividade, a “herança” é catastrófica o suficiente *para matar o feto da nova sociedade ainda no útero da velha sociedade capitalista*. As forças de produção, se não forem modificadas ou mesmo destruídas, comprometem a própria existência da nova forma histórica, segundo Mészáros.

A respeito da experiência do socialismo real, esse autor tem várias considerações. Para esta análise, Mészáros considera importante distinguir "capital" e "capitalismo". Se "capital" é um

⁵² Marx acreditava no pleno desenvolvimento das forças de produção. No entanto, o desgaste ambiental e o risco de destruição total da humanidade levaram Mészáros a “evoluir” na teoria e reestruturá-la, o que resultou na tese sobre a necessidade de reorientação das produção industrial voltada a destrutividade.

"sistema metabólico de controle socioeconômico", "capitalismo" é um modo específico de extração de mais-valia e de trabalho excedente.

Assim, o "capital" pode sobreviver ao "capitalismo", tal como na União Soviética, um sistema que extraía mais-valia politicamente enquanto o "capitalismo ocidental" de então estava baseado principalmente em uma extração economicamente regulada de mais-valia e de mais trabalho.

Considerando que o capital tem deslocado suas contradições no últimos duzentos anos ou nas quatro ondas longas civilizatórias ou ciclos de Kondratieff⁵³, a ortodoxia marxista dá margem a inúmeras críticas e desempodera a teoria emancipatória. Stálin foi um exemplo de negligência ao caráter flexível da perspectiva dialética que não obteve êxito em alcançar o objetivo de Marx, a sociedade sem reificação (que não permita que o trabalho faça com que um homem valha o mesmo que uma coisa).

Segundo o historiador Eric Hobsbawm, o que afundou o sistema socialista da extinta U.R.S.S. foi a sua inflexibilidade. "Estava engrenado para o crescimento constante na produção de bens cujo caráter e qualidade haviam sido predeterminados, mas não continha qualquer mecanismo interno para variar quantidade (a não ser para cima) e qualidade, nem para inovar".(1994, p.375)

A respeito da inflexibilidade na leitura de Marx, cometida não só por Stálin como por Lênin e outros líderes em sociedades que Mézáros denomina pós-capitalistas, o também historiador Jacob Gorender acredita que a análise destas experiências o levou a filtrar todas as teses

⁵³ As ondas largas representam fases de cerca de 50 ou 60 anos, nas quais o capital, a partir da Revolução Francesa apresenta uma fase de crescimento (A), seguida de depressão (B). Os ciclos de Kondratieff são aceitos como verdadeiros e adequados para análises econômicas, políticas ou históricas por diversos autores, entre eles Giovanni Arrighi e Eric Hobsbawm.

marxistas, pois elas “já não são compatíveis com os acontecimentos históricos e com as conclusões lógicas que se deve tirar da própria doutrina.”⁵⁴

Posicionando-se contrário ao desenvolvimento das forças produtivas, em virtude da clara noção de perigo e constatação de que a dominação da natureza pelo homem pode comprometer a própria existência humana, Mészáros demonstra “avanço” com relação a Marx neste ponto.

Esse autor defende a idéia que está havendo uma abreviação na vida dos bens duráveis. Cada vez são produzidas mercadorias que duram menos e assim podem ser produzidas mais e mais vezes sustentando a “expansão ilimitada e descontrolada” do capital.

Mas, este processo tem gerado tanto desemprego e desigualdades sociais que, segundo Giovanni Arrighi, nas últimas décadas o capitalismo produziu, nas zonas periférica e semi-periférica da economia mundial, um ambiente hostil a mais penetração capitalista e, com base nisso, tem-se indícios para acreditar que a acumulação capitalista esteja se aproximando de seus limites históricos.

Segundo Arrighi o desenvolvimento de mercados de trabalho internos dentro da empresa capitalista moderna e completamente racionalizada permite a antevisão da abolição do trabalho assalariado na base do próprio sistema capitalista.

No socialismo real de Stálin o tipo de controle social adotado não transcendeu o trabalho. A ditadura do proletariado “expropriou os expropriadores”, porém manteve-se orientada pela

⁵⁴ Entrevista de Jacob Gorender na revista digital Teoria e Debate nº 43. (jan/fev/mar de 2000). <http://www.fpa.org.br/td/td43/td43_entrevista.htm>. Acesso em 03/03/04. Às 06h32.

extração máxima do trabalho excedente politicamente imposta, de forma semelhante ao capitalismo avançado. Tentou-se abolir o capitalismo, sem no entanto abolir o capital.

Os meios, os materiais e a tecnologia expropriados trazem consigo ligações com o sistema de troca, distribuição e consumo. Esta herança se mostra opressiva, pois reproduz a divisão social hierárquica do passado. E como não há abolição do trabalho assalariado por decreto, cabe à classe trabalhadora usar suas forças organizadas para alavancar sua emancipação.

Temos, no socialismo real, a prova histórica de que a substituição de políticos burgueses por proletários apenas gerou um Estado burocratizado. Para Mészáros, enquanto houver dominação de uma classe mantida pelo trabalho de outra, não existirá a nova sociedade, a sociedade emancipada. O proletário – ou sujeito social da emancipação – deve ser incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade (política) dominante.

A transcendência do trabalho está diretamente ligada ao fenecimento do Estado, que representa o ciclo vicioso o qual Hegel chamou de círculos duais; as interconexões entre a sociedade civil e o Estado perpetuando a si mesmos e o capital. Hegel mostrou que à política cabe o papel de reprodução do mundo dominado pelo capital e a sociedade civil molda a formação política à sua própria imagem. Por isso, a emancipação proposta por Mészáros remete à destituição e ao rompimento deste ciclo vicioso.

Com base nisso, mesmo o paradigma do imperativo categórico da vontade-geral de Rousseau – uma ode à política – se desmancha no ar. Para Marx, a política é uma força social real que se não for extinta, perpetua-se indefinidamente.

Esta definição, bastante negativa de política, traz em si a rejeição da problemática liberal e um certo ceticismo em relação à flexibilidade dos limites da crise estrutural do capital por muito tempo. Os limites do capital se estreitam, restando poucas alternativas para sua reestruturação. A lucratividade está ameaçada; a exemplo da Primeira Guerra Mundial, a super-produção gera a saturação do capital rentável e o poder ideológico de suas instituições manipuladoras está enfraquecido e paulatinamente desacreditado. Mészáros diz que

uma era de transição se inicia no momento em que as forças dominantes da velha ordem são forçadas por uma crise aguda a adotar remédios que seriam totalmente inaceitáveis a ela sem aquela crise, introduzindo, desse modo, um corpo estranho na estrutura original, com conseqüências em última análise destrutivas, não importa o quanto sejam benéficos os resultados imediatos. (MÉSZÁROS, 2002, p. 557)

Transcender o trabalho e sua hierárquica divisão e abolir (destituindo-a de seus bens e meios de produção) a sociedade civil por meio de uma revolução mundial é o primeiro passo para eliminar o capital. Em seguida o “fenecimento” do Estado passa pela criação, na nova sociedade, de órgãos não-estatais de controle social com direcionamentos socialistas. Como uma antítese do Leviatã de Hobbes, a nova sociedade precisa ser formada por pequenos grupos autogestores. Isto implica na descentralização do poder, tal como a conhecemos, e na paulatina destruição da política e dos mecanismos de exploração de uma classe pela outra.

Talvez ainda reste para alguns a dúvida: Mas afinal sem trabalho, sem Estado, sem política que farão e como viverão os homens? Mészáros nos responde que na nova sociedade os indivíduos serão livremente associados e não mais se submeterão às ordens alheias.

Cada um trabalhará no que lhe aprouver, na comunidade que desejar e nela ajudará a tomar decisões que visem o bem de todos. Tanto os conceitos de democracia (seja ela representativa ou participativa) quanto de totalitarismo ou ditadura não se aplicam ao novo modelo de gestão.

Para uma autogestão eficaz, justa e que garanta igualdade entre todos os seus membros a necessidade do consenso nas decisões é preponderante. O indivíduo socialmente emancipado e a abolição do Estado estão intrinsicamente associados como colocaram Marx & Engels na Ideologia Alemã:

Os proletários, caso venham a se impor como indivíduos, terão que abolir a condição de existência que tem prevalecido até o momento, que tem sido, ademais, a das sociedades conhecidas, especificamente, o trabalho. Assim, eles se encontram diretamente opostos à forma na qual, até hoje, os indivíduos, nos quais consiste a sociedade, se deram expressão coletiva, isto é, o Estado. Portanto, para que se imponham como indivíduos, eles devem pôr abaixo o Estado. (MARX & ENGELS, 1973, p.81)

Marx, em “A ideologia alemã”, diz que não poderia haver socialismo em um só país, “quanto mais em uma sociedade isolada e cercada”⁵⁵. Daí a necessidade de uma “ação conjunta e simultânea dos povos dominantes”. Como aponta Mészáros, os incentivos materiais oriundos do Estado, de ongs ou iniciativa privada, mesmo quando aparentam estar a serviço de “melhorias sociais”, sempre colocam as pessoas umas contra as outras.

O filósofo húngaro ilustra sua tese ao explicar que: “é possível ver isso por toda parte, em toda profissão, no ensino, na universidade, em qualquer canto da vida: os incentivos operam na presunção de que podemos dividir as pessoas para melhor controlá-las; eis o processo inteiro”.

Mas, esboça a possibilidade de, em uma nova sociedade, os incentivos materiais e morais poderem ser de caráter igualitário. Segundo ele esta seria a tragédia tanto do desenvolvimento

⁵⁵ Divisão do trabalho e estado pós-capitalista. Mészáros (2002, p.1043)

do *Welfare State*⁵⁶ quanto do tipo soviético, que não atingiram uma igualdade entre todos os indivíduos, não conseguiram emancipá-los, perpetuaram a dominação de uns pelos outros.

Mészáros insiste na idéia de que, no caso soviético, o socialismo sequer foi iniciado; não foram dados nem os primeiros passos na direção de uma transformação socialista, cujo alvo somente pode ser a derrubada do poder do capital e a superação da divisão social do trabalho, a derrubada do poder do Estado, que é também uma estrutura de comando para a regulação da vida das pessoas a partir do alto.

A atual crise no sindicalismo mundial representa uma “paralisação” em projetos, como o de Mészáros, que colocam a classe trabalhadora como ator revolucionário. Desunido, como o proletariado pode se organizar para acabar como modo capitalista de produção, que tanto lhe explora? Para além de Mészáros, esta é uma questão que nos remete a outras possibilidades como, por exemplo, os movimentos sociais, o terceiro setor ou os intelectuais assalariados. A História nos mostrou que a ruptura de sociedades capitalistas se deu de formas diferentes em cada situação. Quando os bolcheviques, em 1917, fizeram uma revolução vitoriosa na Rússia e perduraram por mais 50 anos, a humanidade já conhecia a história da tomada de Paris por policiais civis, em 1871, e a efêmera duração de dois meses apenas da Comuna.

O principal obstáculo para reverter a ideologia destrutivista da produção global, parece ser, segundo Mészáros, o liberalismo e suas fortes determinações. Crenças e valores arraigados têm impedido mudanças na teoria liberal. Se mesmo durante a Guerra Fria, quando o fantasma da bomba atômica assombrava o mundo com o risco iminente de destruição total, o Socialismo não conseguiu extrapolar os limites de regiões de penúria, se expandir para todo o mundo,

⁵⁶ Conjunto de ações políticas de caráter social-democrata, financiado pelo Plano Marshall (EUA), após a Segunda Guerra Mundial. O *Welfare State*, ou Estado do Bem Estar Social, permitiu a reconstrução da Europa, na Segunda metade do século XX, com base em uma melhoria social principalmente para as classes trabalhadoras.

agora – com as guerras focalizadas em diversas regiões, este processo parece ainda mais complicado.

No ano de 2002, diversos representantes políticos das mais importantes nações se reuniram em Johannesburg, na África do Sul, para discutir medidas de preservação do meio-ambiente e da espécie humana em uma convenção chamada Rio+10. O resultado foi o reflexo do “vampiro sedento do capital” não cedendo aos apelos humanistas. A inflexibilidade liberal não está dando margem às reestruturações de produção.

Se a política se mostra ineficaz em resolver os problemas sociais, o próprio papel do Estado deve ser questionado nesta sociedade que – legitimadamente – está se destruindo. Uma revolução parece a Mészáros a única forma possível de evitar esta destruição e formar a nova sociedade. Para acabar com o capitalismo é preciso acabar com a extração de capital proveniente do trabalho e, conseqüentemente, com o próprio trabalho. Esta é a noção de emancipação de István Mészáros.

Menos audaciosa e transformadora é a definição de emancipação social dada por Navarro (in SANTOS, 2002, p. 196): “às chances de as classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesses e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários.” Esta perspectiva, que não traz em si a significação de ruptura anti-sistêmica ou de “grande transformação social” caracteriza um sistema político que incorpore os conflitos sociais como naturais e legítimos.

A EMANCIPAÇÃO QUE PASSA PELA COMUNICAÇÃO

O ilustre ensaísta alemão Bertold Brecht aposta no rádio como um veículo capaz de conscientizar, politizar, integrar e emancipar as pessoas. Diferentemente dos funcionalistas e dos frankfurtianos, Brecht vai de encontro às idéias marxistas e concebe o rádio como um agente transformador que pode ajudar a subverter as classes e a ordem social. Esta visão já vem do século anterior, em 1888, o socialista inglês Edward Bellamy, no livro *Looking Backward* (2000-1888), previu que o rádio seria um “telefone coletivo” que auxiliaria na mobilização da sociedade rumo a um sistema social comunitário de fartura e com grandes indústrias nacionalizadas. (MATTELART, 1999, p. 27).

O autor se ocupou de escrever peças de teatro que ensinassem o público a interagir com o novo meio de comunicação, o rádio. Quando ouviu falar do rádio pela primeira vez, Brecht imaginava se tratar de um descobrimento anti-diluviano, um furacão radiofônico que poderia “arrasar” a América. Passado o deslumbramento, Brecht enxergou no rádio um veículo cujas possibilidades estavam subutilizadas, em função de ser ele controlado e utilizado pela burguesia.

Dizia que⁵⁷: “Um homem que tem algo a dizer e não encontra ouvintes, está em má situação. No entanto, pior estão os ouvintes que não encontram quem tenha algo para lhes dizer”.⁵⁸ Para preencher este vazio, produz peças que possam ser transmitidas no rádio e também que funcionem didaticamente, que ensinem os jovens a obter liberdade na manipulação das inovações tecnológicas, o que seria conseguido através de disciplina.

⁵⁷ Esta e as demais citações de Brecht sobre o rádio se referem ao texto *Teorias de la radio (1927-1932)*, extraído de *O compromisso social na arte e literatura*. Barcelona: ed. Península, 1973 encontrado em www.eptic.com.br Vol. V, n. 2, Maio/Ago. 2003.

⁵⁸ “*Un hombre que tiene algo que decir y no encuentra oyentes, está en una mala situación. Pero todavía están peor los oyentes que no encuentran quien tenga algo que decirles.*” [tradução da autora]

Na peça didática “O vôo sobre o oceano” escrita em 1928/29, o rádio ou uma orquestra de rádio são utilizados para fazer os sons de fundo da peça, tais como o barulho do mar, do vento e do avião. O exercício didático proposto por Brecht consiste na leitura das falas pelo público. Um detalhe importante é que o aviador, o herói, deve ser lido por um grupo de pessoas, um coro, não pode ser individual. (BRECHT, 1988, p. 165-186)

A idéia de Brecht é que a peça sirva para ensinar os ouvintes a não se envolverem emocionalmente com a música nem com o conteúdo das falas. Desta forma há uma perfeita cooperação entre o aparato – o rádio – e o ouvinte. “Tem que recitar e cantar o texto mecanicamente, fazer uma pausa no final de cada verso, ler mecanicamente a parte escutada.⁵⁹ Segundo ele:

De acordo com os princípios: o Estado deve ser rico, o homem deve ser pobre, o Estado deve se comprometer a poder fazer muito, ao homem deve permitir que faça pouco, o Estado deve, no diz respeito à música, produzir tudo que requeira aparelhos e atitudes especiais, mas o indivíduo tem que fazer um exercício. Os falsos sentimentos de liberdade em função de alguma música, os pensamentos especiais que aparecem quando se escuta música, o esgotamento corporal que facilmente acontece quando se escuta música, tudo isso são desvios da música. E para evitá-las, o indivíduo [no exercício] participa da música, respeitando o princípio: atuar é melhor que sentir, seguindo com os olhos a música no livro e entrando nas passagens e vozes deixadas em branco, cantando só ou em grupo.⁶⁰

A peça não deveria, segundo Brecht, apenas utilizar-se da radiodifusão da época, mas sim modificá-la. A base do pensamento era de o ouvinte se integrar com o rádio, modificar sua

⁵⁹“Hay que recitar y cantar el texto mecánicamente, hacer una pausa al final de cada verso, leer mecánicamente la parte escuchada”. [tradução da autora].

⁶⁰“En seguimiento de los principios: el estado debe ser rico, el hombre debe ser pobre, el estado debe comprometerse a poder hacer mucho, al hombre hay que permitirle hacer poco, el estado debe, en lo que la música respecta, producir todo lo que requiere aparatos especiales y aptitudes especiales, pero el individuo debe hacer un ejercicio. Sentimientos errantes en libertad con ocasión de la música, pensamientos especiales como ocurren al escuchar música, agotamiento corporal como acontece facilmente en el simple escuchar música, todo eso son desviaciones de la música. Para evitar tales desviaciones, el individuo participa en la música, siguiendo también a este respecto el principio: actuar es mejor que sentir, siguiendo con ojos la música en el libro y entrando en los pasajes y voces dejados em blanco, cantándolos para si o junto com otros (clase).” [tradução da autora].

postura passiva de mero ouvinte e se transformar em locutor. Nesta peça radiofônica, a história do avião que atravessa os ares é secundária.

A utilização da rádio e da peça “O vôo sobre o oceano” com estes objetivos foi realizada pela primeira vez em Baden-baden, no I Festival de Música de 1929. À esquerda do palco estava a orquestra do rádio com seus equipamentos e cantores, à direita, o ouvinte, que, com uma partitura a sua frente, executou a parte pedagógica do vôo (o trecho principal da peça). Ele leu e recitou sua parte sem identificar sua própria sensibilidade e subjetivismo com o conteúdo sentimental do texto, fazendo uma pausa no final de cada verso, como um exercício. Ao fundo, Brecht expôs a teoria, que ficava visível ao público.

Desta experiência, o autor destacou que não era o público que esperava a rádio, mas sim o contrário, mostrando a possibilidade de uma situação de radiodifusão na qual “não era a matéria-prima quem, em virtude da necessidade pública, esperava métodos de fabricação, mas sim os métodos de fabricação que andavam angustiados procurando uma matéria-prima.”⁶¹

Ao olhar brechtiano, a radiodifusão não pode ter como meta apenas amenizar a vida pública com músicas, receitas e informações educativas. O rádio não demonstra, em sua opinião, muita habilidade para isso e tampouco a sociedade demonstra habilidades para ser amenizada. Para ele, o rádio tem que ser transformado de um mero aparelho de transmissão para um aparelho de comunicação.

⁶¹ “no era la materia prima la que, en virtud de una necesidad pública, esperaba métodos de fabricación, sino que son los métodos de fabricación los que andan buscando angustiados una materia prima.” [tradução da autora].

Uma rádio fantástica

Para converter-se no “mais fabulosos aparato imaginável da vida pública, o radio deveria, não somente receber, mas também transmitir, tornar possível os ouvintes falarem. Transformar o ouvinte de “abastecido” em “abastecedor”. Quando o governo e a justiça (representada pelas leis) se opõe a uma atividade radiofônica libertária, estão agindo como se agia nos tempos anteriores ao descobrimento da pólvora. O governo, deveria, segundo Brecht, utilizar-se da rádio para explicar à população o que faz, qual a função de seus membros e o que está sendo feito para a sociedade, o que não esgotaria as tarefas da rádio.

Os governados tinham que fazer da rádio um canal para se comunicar com o governo, fazer perguntas, dialogar. Este intercâmbio deveria servir também para comerciantes e consumidores, para debates sobre aumentos de preços, para disputas eleitorais. Brecht ficava zangado em pensar que o rádio estava sendo usado apenas “esteticamente”. Acreditava que a tecnologia tinha que ser utilizada a favor dos interesses da comunidade e não de minorias, como é feita formalmente até os dias atuais.

Na época em que estas idéias foram concebidas, em 1929, o ano do *crack* da Bolsa de Nova York, que abalou as economias do mundo ocidental, nasceu em Kaufbeuren, na Baviera, no seio de uma família burguesa, Hans Magnus Enzensberger, o autor que sistematizou o possível uso emancipatório do rádio partindo das idéias de Brecht. (ENZENSBERGER, 1979)

Esta época, historicamente conhecida como “Grande Depressão”, representou um período de pobreza e crise em todo o mundo ocidental. Os Estados Unidos estavam vivendo uma fase de produção excessiva de mercadorias, os países industrializados europeus (Inglaterra, França e

Alemanha) haviam se recuperado da Primeira Guerra Mundial, também causada pela produção excessiva de bens de consumo, e estavam diminuindo suas importações.

Sem escoamento para os produtos norte-americanos, os mesmos foram os responsáveis pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York. A superprodução e o baixo consumo abalaram a economia liberal norte-americana, com conseqüências mundiais.

Este episódio gerou uma série de falências em todos os setores – bancos, indústrias, serviços – nos Estados Unidos. Paralelamente, o desemprego assumiu proporções inimagináveis⁶² em todo o mundo. No mundo todo, o *crack* fez com que o preço das importações caísse, o que prejudicou todos os países que, de alguma forma, possuíam relações financeiras com a potência hegemônica.

Nos Estados Unidos, o presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) adotou um conjunto de medidas intitulado *New Deal* (novo acordo) inspirado nas teorias econômicas de John Maynard Keynes. (1883-1946). Para Keynes, a intervenção do Estado seria a peça-chave na solução do desemprego. Acreditava-se que o aumento dos assalariados permitiria que o consumo aumentasse e com isso as economias se estabilizassem.

Esta crise econômica do capitalismo, provocou os seguintes efeitos nos países europeus: aumento de desemprego, elevação dos preços, redução do poder aquisitivo, desorganização da produção econômica e muitas incertezas.

⁶² O historiador Eric Hobsbawm diz que a conseqüência básica da Depressão (1932-33) foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes. Na Inglaterra e na Bélgica, 22% a 23% da força de trabalho estava desempregada, na Suécia, 24%; nos Estados Unidos, 27%; na Áustria, 29%, na Noruega, 31%, na Dinamarca, 32% e na Alemanha, surpreendentes 44%. (HOBBSAWM, 2002, p. 97)

Na Europa, os operários e os camponeses foram os mais prejudicados e novamente a política keynesiana – de proteção do Estado – foi o remédio encontrado.⁶³ Este processo de centralização do poder no Estado somado à ameaça da iminente Revolução Socialista (que desde 1917 se alastrava chegando a abarcar um terço do globo em seu apogeu) representou um recuo do liberalismo, abrindo espaço para o avanço de regimes totalitários, especialmente na Itália e na Alemanha.

Dez anos mais tarde, eclodia no mundo a Segunda Guerra Mundial, tendo os ataques da fortalecida e armada Alemanha nazista de Hitler à Polônia como seu marco inicial⁶⁴. Enzensberger cresceu em Nuremberg, o epicentro dos horrores da Segunda Guerra Mundial, e isto contribuiu para sua complexa formação como pode ser verificado em sua extensa produção literária. Seus livros versam sobre política, lírica e seu híbrido. Na literatura alemã, figuram tanto sua poesia quanto sua ideologia, o que nos leva a considerar sua multifacetada obra como um conjunto de cunho que extrapola os gêneros literários assim como Bertold Brecht vinha fazendo há algumas décadas.

O humanismo e anti-fascismo do crítico, bem como seu alinhamento ao socialismo, são pressupostos para entendermos sua preocupação com a indústria cultural. De 1955 a 1957 trabalhou como redator em uma estação de rádio. Em 1957, ao publicar artigos políticos, na revista noticiosa alemã ocidental “*Der Spiegel*”, com linguagem trabalhada e precisa, de modo crítico e polêmico, agrediu a sociedade e conquistou notoriedade.

⁶³ No Brasil, os mais prejudicados foram os cafeicultores. Três quartos do consumo mundial eram importados do Brasil. Canceladas estas importações, o café excedente foi utilizado como carvão nas locomotivas. O Brasil, em especial, não foi tão atingido pela crise, pois ainda não se caracterizava como um país industrializado.

⁶⁴ A rigor a guerra começou com uma sucessão de atos como a invasão da Manchúria pelo Japão (1931), da Etiópia pelos italianos (1935), a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola (1936-9), a invasão alemã da Áustria (1938), a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia (1939) e os ataques alemães à Polônia, que caracterizaram definitivamente o início da guerra. (HOBSEAWM, 2002, p. 44).

Em 1964, após dezenas de viagens pelo mundo, de volta à Alemanha, em Berlim Ocidental, Enzensberger principia suas análises da linguagem utilizada nos meios de comunicação da época. Neste período, sua principal crítica centrava-se em questionar o fato de que os jornais falassem “*a língua do domínio exercido*” [grifo no original] e não a verdade, seu suposto papel.

A isto Enzensberger chamou “indústria do pensamento”. Com diferente proposta, ele funda, em 1965 a revista político-literária “*Kursbuch*”. Em tese, a revista não possuiria programação ou linha editorial, estaria comprometida apenas a dedicar-se à realidade existente.

No número 20 da *Kursbuch* foi publicado “*Baukasten zu einer Theorie der Medien*” (Elementos para uma teoria dos meios de comunicação), uma tentativa enzensbergeriana de compreender as possibilidades dos meios de comunicação.

Para o escritor alemão “o capitalismo dos monopólios desenvolve a indústria da consciência de forma mais rápida e ampla que outros setores da produção, porém ao mesmo tempo tem que mantê-la sob severo controle”. (ENZENSBERGER, 1979, p. 44). Ele credita a uma teoria socialista dos meios de comunicação a capacidade de reconhecer que tal contradição (desenvolver/controlar) é inerente ao modo de produção capitalista e a obrigatoriedade de buscar meios que permitam influência recíproca entre emissores e receptores.

O crítico considerava que a bilateralidade não ocorria por falta de vontade política e econômica e não em função de limitações técnicas. Afinal, já naquela época, qualquer rádio transistorizado representava não só um receptor como um emissor em potencial.

A esse respeito, Enzenberger sugere: “A ambivalência dessa atitude não é mais que um reflexo da ambivalência dos próprios meios, sem que seja possível ultrapassá-la. O que só sucederia pelo desencadeamento das potencialidades emancipatórias dessa nova força produtiva”. (op. cit., p. 46)

As cicatrizes do fascismo e do nazismo o levaram a crer que a propaganda conduz à despolitização ao invés de liberar a autonomia. Cético com relação à imagem, afirmou que “Na sua forma atual, técnicas como a televisão e o cinema não estão a serviço da comunicação, mas até lhe são obstáculo.” (ibid., p. 50)

De Brecht (1932), Enzenberger resgatou a idéia de que o rádio seria o meio adequado para possibilitar a real comunicação, a comunicação entre ouvinte e locutor. Cabe ressaltar que ambos só imaginavam que esta hipótese seria possível em outra ordem social.

Entre as características necessárias para caracterizar um meio de comunicação emancipatório destacou:

- programas descentralizados;
- cada receptor ser um transmissor em potencial;
- mobilização das massas;
- interação dos participantes;
- processo de aprendizagem política;
- produção coletiva;
- controle socializado por auto-organizações.

De fato, na primeira década do século XXI, as inúmeras conquistas tecnológicas ainda não construíram a síntese dialética entre o binômio dicotômico produtores/receptores passivos. As

mídias ainda permanecem sob o domínio de grandes grupos econômicos que se alicerçam em duas formas de controle: a institucional e a econômica. (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1987, p.28)

Institucionalmente na grande maioria dos países, o Estado detém o monopólio das concessões de rádio e televisão, com legislação específica e aparato vigilante e repressor. (idem) Este monopólio serve a dois usos distintos. No caso de países como a Inglaterra, a Itália e França, o próprio governo explora o serviço exclusivamente. Esta hegemonia só começa a ser furada pela insurgência de rádios livres nos anos 70. Em países como o Brasil, o governo concede o direito de utilização de determinadas frequências a grupos econômicos, políticos e religiosos de sua confiança.

Economicamente, existe definição legal de limites mínimos de potência para “profissionalização da transmissão” que excluem a participação de pequenos grupos, o que outorga a formação dos grandes monopólios de comunicação.

Segundo José Arbex Jr.⁶⁵, “O monopólio exercido pelas corporações da mídia tem conseqüências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade”. A mídia no Brasil, a seus olhos, tem “glamourizado” o crime, romanceado movimentos sociais entre outros pecados que colaboram com a manipulação do imaginário nacional, onde uma sociedade civil fraca é frágil e: “exposta às relações não raro promíscuas entre as corporações e o Estado, e onde, em contrapartida, há um elevado índice de analfabetismo funcional e inexistência de uma tradição democrática, como resultado histórico da violência das elites contra as organizações e movimentos populares” (ARBEX in MORAES: 2003, p. 386)

⁶⁵ Jornalista, editor especial da revista Caros Amigos e professor de Jornalismo da Faculdade Cásper Libero e da PUC-SP.

Arbex concorda com Machado, Magri e Masagão quando coloca que existe uma “indústria cultural” que inibe a produção local, impondo gostos, sancionando e que só dá visibilidade a intelectuais e jornalistas que sustentem a idéia de que o “mercado” é o juiz de valor da sociedade. Concomitantemente, os donos dos grandes grupos de comunicação pressionam governo e políticos a impedir a formação de rádios comunitárias. Mesmo com todas as restrições burocráticas e técnicas expressas na lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 baseada na lei obsoleta de 1967, operam – clandestinamente ou não – hoje, no Brasil, cerca de 30 mil rádios livres, grande parte delas associadas a grupos religiosos, comunitários e movimentos sociais como o MST.

A fragilidade e a fraqueza da sociedade civil brasileira apontada por Arbex, emblemática ao representar diversas outras sociedades com as mesmas características, precisa passar por um processo de *empowerment*. “O fortalecimento da sociedade civil está associado à capacidade dos atores sociais se articularem gerando ações coletivas amplas e impactantes na esfera pública.” (SCHERER-WARREN in TRAMONTE e SOUZA, 1997, p. 96)

Certamente este processo encontra em meios alternativos de comunicação, como rádios comunitárias, um caminho mais livre e menos sinuoso e repressor para se desenvolver, solidificar-se e transformar-se construindo uma nova realidade social para os tradicionalmente excluídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manifestação de movimentos sociais com poder reivindicatório capaz de modificar as políticas do governo com relação à questão agrária como o MST é uma evidência de que a sociedade brasileira não é estática. À noção de vítimas de um processo econômico destrutivo, incorpora-se a noção de agentes de novas formas societais em desenvolvimento. O ingresso no MST proporciona a diferentes atores sociais a possibilidade de construção simbólica e material de uma existência pautada pela produção, não pelo consumo.

A implementação de organizações auto-gestionadas tais como as suas cooperativas permitem que façamos uma ponte entre as duas décadas de experiências do MST e as idéias de Mészáros. É inegável que existam, ainda, muitas limitações no sentido de “transcender” a ordem, mesmo que seja a sua própria ordem interna. No MST existem lideranças e hierarquias, reproduções de modelos capitalistas de produção e problemas de gênero. No entanto, existe uma busca constante de transformação, de aprendizado e de superação do trabalho assalariado. Produzindo coletivamente ou individualmente, o sem-terra assentado garante sua subsistência com base em uma forma de trabalho não-reificado.

Dentro deste processo de emancipação social, de não-dependência e autonomia, o cotidiano do sem-terra é rico em manifestações que refletem e fortalecem sua identidade. Muitos destes atores sociais orgulham-se de fazer parte do movimento, de serem do campo e de viverem no interior. Este é um dos sentimentos facilmente observáveis nos assentamentos e acampamentos, que funciona como contra-argumento a críticas que atribuem ao movimento um caráter impositivo de ideologias esquerdistas.

Uma prova de que a interação e a comunicação se dá de forma horizontal no movimento é a participação dos sem-terra nas rádios comunitárias. De forma muito próxima ao proposto por Enzensberger, nas rádios comunitárias do MST observamos intensa participação, bilateralidade, mobilização coletiva, preocupação com a consciência política e religiosa da comunidade e a autogestão.

Nestas rádios, a pluralidade na programação e a valorização da comunidade e de seu movimento social criaram nos ouvintes/participantes uma relação de pertencimento. Eles sentem que a rádio é feita por eles. Possuem um meio para relatar, discutir e divulgar sua própria história, suas trajetórias e opiniões. À esta comunicação livre, acessível e desvinculada de interesses comerciais é que chamamos “comunicação emancipatória”.

Há que se considerar que na contemporaneidade existe um meio de comunicação que permite troca infinita de informações e que praticamente aboliu a distância e as diferenças entre emissor e receptor, a internet. No entanto, sua utilização está restrita a uma pequena parcela da sociedade. A grande maioria da população mundial não sabe ler, muito menos inglês e não possui nem energia elétrica, nem meios (linhas telefônicas, antenas ou cabos) de se conectar à rede mundial e muito menos um computador.

Neste sentido, não podemos atribuir à internet a mesma capacidade que as rádios possuem de implementar a comunicação nas mais diversas comunidades. A acessibilidade do rádio é o que ainda o configura como o mais popular entre os meios de comunicação.

Concluimos que a presença das rádios comunitárias nos assentamentos e acampamentos do MST melhora a comunicação interna do grupo, cria novas formas de lazer, valoriza a cultura autóctone e contribui para a educação e conscientização da comunidade abrindo espaço pra a participação de todos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel. **A comunicação e a indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz Ltda., 1987.

AMORIM, José Salomão David. Políticas de comunicação no Brasil: evolução e impasse. In: GOMES, Pedro G. & PIVA, Márcia Cruz (Orgs). **Políticas de comunicação**: participação popular. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988

ARBEX, José Jr. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis de. (Org) **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 385-389

ARRIGHI, Giovanni Arrighi. **A ilusão do desenvolvimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

AGUIAR, Itamar. **Idéias preliminares sobre a ação da mídia nas eleições presidenciais de 2002**. UFSC, 2003 (no prelo).

BELLANGER, Pierre. **La radio du futur**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1992.

BELEZIA, Murilo Marques. **Rádio e comunicação rural**: a comunicação e alguns problemas rurais. São Paulo: Ed. Com-arte USP/ECA, 1973.

BISCAIA, Clarissa. **A reforma agrária planejada e realizada pelo governo brasileiro desde a década de 80**. Artigo apresentado no workshop: Trabalho, identidades e trajetórias profissionais”, 13-14 fev. 2003, laboratório de Transformações no Mundo do Trabalho – TMT, UFSC.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens**. Introdução à comunicação como processo, sistema e ciência. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRECHT, Bertold. **Radiotheorie**. Gesammelte Werke, VII, 1932

_____. **Teatro completo em 12 volumes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 3.

CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CÉSAR, Cyro. **Rádio**: inspiração, transpiração e emoção. São Paulo: IBRASA, 1996.

COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio popular**, 1994. 370 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**, São Paulo, Ed. Expressão popular, 2003. pg 25

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio, a RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

GOMES, Pedro G.; PIVA, Marcia Cruz (Orgs). **Políticas de comunicação: participação popular**. São Paulo: Paulinas, 1988.

GORENDER, Jacob. **Entrevista** na revista digital Teoria e Debate nº 43. jan/fev/mar de 2000. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/td/td43/td43_entrevista.htm>. Acesso em: 3 mar. 2004.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBSBAWM, Eric J., **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LESSA, Sérgio. **Lukács e o marxismo contemporâneo**. Florianópolis: TMT, 1993.

LOPES, João Marcos de Almeida. "O dorso da cidade": os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio e MASSAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Editora Brasiliense: 1987.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MATTELART, Armand. **Multinacionais e sistema de comunicação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1976.

_____. **Comunicação-mundo**: histórias das idéias e das estratégias. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MARTÍN-BARBERO, JESÚS. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARX, K. e ENGELS, F. **La ideologia alemana**. Buenos Aires: Ediciones Pueblos unidos, 1973.

_____. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação** – teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: Insular, Editora da UFSC, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**. os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NOLASCO, Cristina et al.; LESSA, Sérgio (Org). **Habermas e Lukács**: método, trabalho e objetividade. Maceió: EDUFAL, 1996.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

PEROSA, Lílian Maria. **A hora do clique**: análise do programa de rádio “A voz do Brasil”, da velha à nova república. São Paulo: AnnaBlumme: Eca/USP, 1995

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRADO Jr, Caio. Marcha da Questão Agrária no Brasil, publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº 51, jan-fev, 1964. In: **A questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense,s/d.

RAMONET, Ignácio. **Propagandas Silenciosas**. Ciudad de La Habana, Cuba: Combinado de Periódicos Granma, 2002.

SALGADO, Sebastião. **Ocupação da fazenda Giacomet/Marodin**. 17 abr. 1996. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/sebastiaosalgado/>> Acesso em: 1. de mar. de 2004.

SANTOS, Adenilson Teles dos. **Nas ondas comunitárias**. 1999. x f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em jornalismo) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**. os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIZANOSKI, Raquel. **O novo dentro do velho**: cooperativas de produção agropecuária do MST. 1998. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Marcio Vieira de. **As vozes do silêncio**: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil. Paris: Fondation pour les progrès de l'homme; Florianópolis: Dialógo, 1996.

STÉDILE, João Pedro; SÉRGIO, Frei. A luta pela Terra no Brasil. In: **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editor Fundação Perseu Abramo, 1999.

STERTZ, Marilene. **O rádio nos assentamentos rurais**: um estudo do rádio nos assentamentos do município de São Miguel do Oeste. In: Revista Visão Global. São Miguel do Oeste: Universidade do Oeste de Santa Catarina, Ano 6, nº 19, set -2002

TORRESCASANA, Mariângela Storniolo. **MST: um novo prefixo no ar**. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/cadernosdecomunicacao/artigo7.htm>> Acesso em 07 out. 2003.

TRAMONTE, Cristiana e SOUZA, Márcio Vieira de (orgs). **Redes de comunicação:** experiências educativas e comunitárias na América Latina. Florianópolis: Diálogo, 1997.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação:** experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí (RS): Unijuí, 2000.